

Quem disse ?

«António Guterres, na próxima pugna eleitoral que vai ter, não precisa de mim, porque ele por si vale tudo»

Mário Soares
Hotél Altis, 13 de Junho



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Proposta do PS apresentada em Bruxelas

Mário Soares na presidência do Parlamento Europeu

O PS apresentou ontem, em Bruxelas, na reunião de líderes do Partido Socialista Europeu (PSE), uma proposta no sentido de caber a Mário Soares a primeira ou a segunda metade do mandato da presidência do Parlamento Europeu. À hora do fecho desta edição, era muito provável que os restantes parceiros socialistas aceitassem a ambição do PS, cuja delegação integrou os camaradas António Guterres, António Vitorino e António José Seguro.

Como afirmou António Vitorino, após a reunião da Comissão Permanente do partido, na terça-feira, os resultados alcançados pelo PS nas eleições europeias «reforçam significativamente a nossa posição dentro do PSE, bem como a autoridade do Governo português no Conselho de Ministros das União Europeia. E conferem ainda mais possibilidades de êxito à candidatura de Mário Soares a presidente do Parlamento Europeu, mesmo que tal só venha a colocar-se na segunda metade do mandato dos eurodeputados agora eleitos», explicou o porta-voz do partido.

Outra nota da declaração política de António Vitorino é a de que o PS não irá dormir sob os louros do triunfo de domingo nas eleições para o Parlamento Europeu. «A Comissão Permanente do PS decidiu conferir prioridade à preparação da Convenção da Nova Maioria, a ter lugar no próximo dia 3 de Julho, em Lisboa, e aprovou um plano de acção para promover o alargamento de apoios políticos tendo em vista a disputa das eleições parlamentares. A nossa convicção é, por, a de que neste quadro, o PS e os apoiantes da Nova Maioria se deverão mobilizar para garantir uma participação alargada dos portugueses nas eleições legislativas e uma vitória clara e inequívoca do PS nas mesmas», sublinhou o porta-voz do partido.



O PS obteve uma vitória histórica no passado domingo, tendo deixado o PSD a 12 pontos percentuais de diferença. Apesar de alguns partidos da oposição terem ensaiado uma tentativa patética no sentido de transformarem claras derrotas em vitórias, o PS foi o único partido que conseguiu aumentar o número de mandatos para o Parlamento Europeu. Se em 1994 elegeu dez, agora a lista encabeçada por Mário Soares conseguiu 12 num total de 25. Mais importante, ainda, entre todos os partidos socialistas europeus, o PS foi aquele que obteve a maior percentagem. Na hora da vitória, o fundador do partido fez questão de sublinhar que cumprirá o seu mandato até ao fim em Estrasburgo. Mário Soares também fez questão de referir que aceitará lançar a sua candidatura a presidente do Parlamento Europeu, seja na primeira ou na segunda metade do mandato de cinco anos. Por sua vez, António Guterres frisou que o resultado deu força ao PS e ao Governo de Portugal perante a União Europeia. Depois, sublinhou como é profunda a solidariedade e a fraternidade que o liga a Mário Soares, a quem agradeceu o contributo dado ao PS, sobretudo, por aceitar envolver-se em mais uma batalha eleitoral. «Obrigado Mário Soares», assim concluiu António Guterres.



Uma Vitória Histórica

O Partido Socialista alcançou nas eleições europeias do passado domingo uma vitória a todos os níveis histórica.

O PS não só logrou alcançar o maior número de votos expressos, como também elegeu 12 eurodeputados, obtendo uma percentagem muito superior relativamente aos outros partidos concorrentes, nomeadamente o PSD.

Apesar de ter sido a força política mais penalizada pela elevada abstenção registada, o PS obteve um resultado que deixou o maior partido da oposição a 12 pontos percentuais. Um resultado extraordinário de que não há memória e que vem dar uma enorme força ao partido, ao governo que apoia e à candidatura de Mário Soares à presidência do Parlamento Europeu.

É por todos reconhecido que a presença e o prestígio de Mário Soares como cabeça-de-lista do PS ao Parlamento Europeu foi um factor determinante no brilhante resultado obtido. Mas, não é menos verdade que o todo o trabalho feito, de norte a sul do País, pelos outros candidatos, nomeadamente António José Seguro, paralelamente à participação de António Guterres em inúmeras actividades da campanha, conforme foi amplamente referenciado na conferência de Imprensa dada no passado domingo por Mário Soares e António Guterres, contribuíram igualmente para o resultado obtido.

Se os números não mentem relativamente aos resultados eleitorais obtidos, o estranho e caricato é que, além do Partido Socialista ter reclamado e bem para si a vitória no acto eleitoral, pelo menos as outras cinco candidaturas que se lhe seguiram igualmente o fizeram.

Para o PCTP/MRPP, a sua vitória nestas eleições deve-se ao facto de ter conseguido aumentar a sua percentagem eleitoral. Para o Bloco de Esquerda, a sua justificação advém de se ter conseguido afirmar como a quinta força política em termos nacionais. Já o CDS/PP que passou a ser o quarto partido, trocando com a CDU, a razão da sua vitória prende-se com facto de, apesar de ter descido em número de votos e em número de deputados, ter alcançado oito por cento dos votos e não ter sido «engolido» pelo PSD. Para a CDU, que ascendeu ao terceiro lugar, embora perdendo um eurodeputado, a sua vitória deve-se ao facto de ter conseguido crescer em número de votos.

Se nestes quatro partidos/coligações as vitórias eleitorais se resumiram a obter mais votos ou, a não desaparecer do espectro eleitoral o que até se compreende facilmente à luz das eternas explicações da CDU/PCP, que nunca perdeu nenhum acto eleitoral, o que já não se percebe são as explicações dadas pelo PSD para justificar a vitória. Será que adoptou a mesma estratégia dos outros partidos mais pequenos, passando a contentar-se com pequenos nadas, ou será que é por causa dos novos ventos de «esquerda» que sopram para os lados da S. Caetano à Lapa.



PSF GANHA ELEIÇÕES NO TEMPO EM QUE NÃO HAVIA TERCEIRAS VIAS

Depois de François Mitterrand, chegava a vez do seu partido, o PSF, ganhar as eleições legislativas em França, derrotando claramente a direita.

O tempo era de esperança numa mudança efectiva de política económica e social.

Depois de décadas com a direita a governar, chegava a vez dos socialistas.

O «Acção Socialista», dirigido pelo camarada Alfredo Barroso, dava evidentemente destaque a este acontecimento histórico em França, bem como à retumbante vitória do PS nas eleições para a Câmara Municipal da Nazaré. Era o prenúncio do fim da AD.

Nos tempos em que não havia terceiras vias nem pós-modernos, o PSF preparava-se para formar governo com um programa de esquerda de nacionalização dos principais sectores da economia, aumento do tempo de férias, subida do salário mínimo, imposto sobre as grandes fortunas, entre outras medidas. J. C. B.

18 de Junho

Quem disse?

«O socialismo democrático tornou-se a única alternativa de esperança e o que se passa em França terá os seus reflexos em toda a Europa»

Mário Soares



Guterres diz que Portugal não é «República das Bananas»

O primeiro-ministro, António Guterres, afirmou no dia 15, no Porto, que «o Estado português tem de ser respeitado» e ainda que «Portugal não é uma "República das bananas"», referindo-se ao recente acordo entre Champalimaud e o Banco Santander Central Hispano.

Afirmando não se sentir «traído», por essa ser «uma palavra muito forte», António Guterres salientou que «o Estado agirá no integral respeito pela legalidade, mas agirá também na defesa muito firme do interesse nacional e da dignidade do Estado português».

Prémio Camões atribuído a Sophia de Mello Breyner Andresen

Sophia de Mello Breyner Andresen disse no dia 11 estar «surpresa e feliz» pela atribuição do Prémio Camões '99.

A poetisa afirmou-se «muito contente e feliz» por lhe ter sido atribuído o Prémio Camões que a tomou totalmente de surpresa.

«Estas coisas nunca se esperam», referiu. A poetisa acrescentou que o anúncio originou «uma festa também na família», tal como acontecera quando recebeu o Prémio SPA (Sociedade Portuguesa de Autores), em 1964.

A autora de «O Nome das Coisas» destacou o facto de ter sido escolhida por unanimidade.

«Fiquei feliz em saber que foi uma escolha

por unanimidade. Numa altura em que há tantas guerras, haja um cantinho onde pondera o entendimento», disse.

Distinção de toda a lusofonia

A autora de «O Cristo Cigano» mostrou-se ainda satisfeita por esta ser «uma distinção de toda a lusofonia».

Quanto ao valor pecuniário do prémio, dez mil contos, a poetisa afirma que o vai aplicar em coisas do dia-a-dia - «sapatos, medicamentos e também viagens».

O Prémio Camões foi atribuído à poetisa Sophia de Mello Breyner Andresen, 79 anos, natural da cidade do Porto.

AGENDA PARLAMENTAR

Quinta-feira, dia 17

A assembleia da República reúne, hoje, a partir das 15 horas, para uma interpelação ao Governo requerida pela bancada do PSD.

As votações regimentais decorrerão por volta das 18 horas.

Sexta-feira, dia 18

O Parlamento tem agendado para amanhã um dia cheio de apreciações parlamentares. Ao todo serão estudados oito diplomas:

- O decreto-lei n.º 96/99, de 23 de Março, que revê o conceito de trabalho nocturno, no sentido de permitir que as convenções colectivas reduzam até sete horas a actual duração do período de trabalho nocturno de 11 horas.
- O decreto-lei n.º 76/99, de 16 de Março, que repristina a alínea a) do n.º 1 do artigo 7º do decreto-lei que interdita, na área abrangida pela ZPE, o licenciamento de novos loteamentos.
- O decreto-lei n.º 78/99, de 16 de Março, que aprova a Lei Orgânica das Delegações Regionais do Ministério da Economia.
- O decreto-lei n.º 120/99, de 16 de Abril, que cria um sistema especial de controlo e fiscalização ambiental da co-incineração.
- O decreto-lei n.º 121, de 16 de Abril, que atribui a competência no artigo 20/99 à Comissão Científica Independente criada e sancionamento das operações de co-incineração constantes num diploma de Setembro do ano passado.
- O decreto-lei n.º 100/99, de 31 de Março, que estabelece o regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da administração central, regional e local, incluindo os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos públicos.
- O decreto-lei n.º 124/99, de 20 de Abril, que aprova o Estatuto da Carreira de Investigação Científica.
- O decreto-lei n.º 125/99, de 20 de Abril, que estabelece o quadro normativo aplicável às instituições que se dedicam à investigação científica e ao desenvolvimento tecnológico.

Quarta-feira, dia 23

O debate sobre o estado da nação realiza-se na próxima semana, no hemiciclo de São Bento, a partir das 15 horas de quarta-feira.

VITÓRIA HISTÓRICA DO PS

O PS obteve uma vitória histórica no passado domingo, tendo deixado o PSD a 12 pontos percentuais de diferença. Apesar de alguns partidos da oposição terem ensaiado uma tentativa patética no sentido de transformarem claras derrotas em vitórias, o PS foi o único partido que conseguiu aumentar o número de mandatos para o Parlamento Europeu. Se em 1994 elegeu dez, agora a lista encabeçada por Mário Soares conseguiu 12 num total de 25. Mais importante, ainda, entre todos os partidos socialistas europeus, o PS foi aquele que obteve a maior percentagem. Na hora da vitória, o fundador do partido fez questão de sublinhar que cumprirá o seu mandato até ao fim em Estrasburgo. Mário Soares também fez questão de referir que aceitará lançar a sua candidatura a presidente do Parlamento Europeu, seja na primeira ou na segunda metade do mandato de cinco anos. Por sua vez, António Guterres frisou que o resultado deu força ao PS e ao Governo de Portugal perante a União Europeia. Depois, sublinhou como é profunda a solidariedade e a fraternidade que o liga a Mário Soares, a quem agradeceu o contributo dado ao PS, sobretudo, por aceitar envolver-se em mais uma batalha eleitoral. «Obrigado Mário Soares», assim concluiu António Guterres.

Conhecidos os resultados oficiais das eleições para o Parlamento Europeu, que indicavam uma clara vitória dos socialistas portugueses, instalou-se um ambiente de festa no Hotel Altis, onde estavam vários dirigentes do partido, bem como várias centenas de militantes. Nas primeiras declarações que dirigiu aos portugueses, o secretário-geral do PS deixou palavras de agradecimento, de humildade e de satisfação. O camarada António Guterres começou por agradecer a confiança manifestada no PS pela maioria dos portugueses e, sobretudo, ao papel desempenhado por Mário Soares, por ele considerado como «o fundador do partido e a referência da democracia» do país.

Palavras também de humildade, segundo o primeiro-ministro, porque a hora em que o PS confirmou a sua vitória deve igualmente motivar uma reflexão sobre os portugueses que sofrem. «A eles, aos mais carenciados, temos de dar aquilo que podemos e mesmo aquilo que não temos. O Governo, pela sua parte, contará com a colaboração dos eurodeputados de todos os partidos», salientou.

Por último, António Guterres quis ainda expressar a sua satisfação pelo triunfo do



partido. «Trata-se de uma vitória histórica, porque em anteriores actos eleitorais nunca o PS ganhara por uma diferença tão grande (cerca de 12 pontos percentuais) face ao maior partido da oposição. É um resultado extraordinário, que dará a maior força ao partido, ao Governo e à candidatura de Mário Soares para a presidência do Parlamento Europeu». Perante o carácter quase cómico de todos os partidos da oposição estarem a reivindicar vitórias após serem conhecidos os resultados para o Parlamento Europeu, o chefe do Governo afirmou que chegara a hora de falar «uma linguagem de verdade». Apesar do triunfo, «o PS teve contra ele a existência de uma abstenção muito elevada» e que atingiu mais de 50 por cento. «O PS foi o partido mais penalizado pela abstenção, embora tenha contado com um triunfo enorme neste acto eleitoral: Mário Soares. Mas acontece que Mário Soares é do PS e esse triunfo existe. A ele se deve grande parte desta vitória», salientou o secretário-geral do partido, durante a conferência de imprensa final, que decorreu no Hotel Altis. Sobre a transformação de derrotas em vitórias por parte dos partidos da oposição, o ministro dos Assuntos Parlamentares, António Costa já havia declarado que o PSD «parecia ter aderido aos velhos métodos dos PCP». Horas depois, António Guterres lançou o seguinte reptó às forças da oposição: «Comentem os resultados

das eleições para o Parlamento Europeu com base na realidade e não com base em mitos e sonhos».

Portugal acima de tudo

Apesar de estar a viver momentos de profunda satisfação por mais este sucesso eleitoral do partido, António Guterres apanhou uma nota de tristeza pessoal e que residiu no facto de existirem portugueses «que ficaram satisfeitos por, hipoteticamente, Mário Soares já não ter hipóteses de chegar à presidência do Parlamento Europeu». Além de essa ideia estar longe de se confirmar - e dirigindo-se em especial ao dirigente do PSD António Capucho -, o primeiro-ministro observou que se o candidato a presidente do Parlamento Europeu fosse Cavaco Silva e se o seu antecessor na chefia do Governo tivesse alguma hipótese de chegar a esse lugar, pela sua parte, por se tratar de um português, «tudo faria para ajudar a concretizar essa possibilidade. Quando está em jogo a força de Portugal perante o exterior, todos se deveriam empenhar em levar Mário Soares à presidência do Parlamento Europeu». A seguir, António Guterres frisou que haverá sempre um presidente indicado pelo Partido Socialista Europeu para o Parlamento Europeu, seja na primeira ou na segunda metade do mandato de cinco anos. «Não percebo a razão de tanta polé-

mica por Mário Soares lançar a sua candidatura a presidente do Parlamento Europeu agora ou só daqui a dois anos e meio», observou, antes de terminar com um «obrigado Mário Soares».

Por sua vez, Mário Soares começou por lembrar a resposta pronta que deu ao líder do PS, após este o convidar para encabeçar a lista do partido para o Parlamento Europeu. «Sabia que essa candidatura implicava riscos, mas nunca tive dúvidas, porque sempre fui um patriota e um europeísta. Mesmo sabendo que poderia ter dissabores, aceitei o desafio de me envolver numa campanha eleitoral, que acabou por ser interessante e divertida», até tendo permitido «restabelecer os meus laços de afecto com o povo português».

Prioridades de Mário Soares

Na sua declaração inicial na conferência de Imprensa, o ex-Presidente da República também agradeceu «a confiança em si depositada pelo primeiro-ministro e líder do partido. António Guterres deve-se em parte a expressão significativa da vitória alcançada pelo PS», referiu Mário Soares, retribuindo assim os anteriores elogios a si feitos pelo secretário-geral.

Entrando numa breve análise aos resultados verificados na noite de domingo, Mário Soares classificou como elevada a

Continua na página seguinte

ELEIÇÕES EUROPEIAS



Continuação

taxa de abstenção, embora tivesse frisado que não foi tão alta como em muitos outros países da União Europeia. «A vitória do PS é ímpar em relação à votação alcançada por outros partidos socialistas da Europa. Em relação a todos os adversários, quero saudá-los e deixar a mensagem que vamos cooperar de acordo com o interesse nacional». Para os próximos cinco anos, no Parlamento de Estrasburgo, o cabeça-de-lista do PS identificou como prioridades «o combate ao desemprego e à exclusão social, a reforma institucional da União Europeia e o alargamento a Leste». A este propósito, sublinhou que desde o primeiro momento sempre afirmou que era apenas candidato a presidente do Parlamento Europeu. «Sempre disse que estava a concorrer para deputado. No entanto, há a disponibilidade possível para ser presidente do Parlamento Europeu, embora isso dependa de muitas circunstâncias», esclareceu. Depois, em tom solene, perante o País, o ex-chefe de Estado deixou bem claro que está disponível para lançar a sua candidatura à presidência do Parlamento Europeu na primeira ou na segunda metade do mandato de cinco anos em Estrasburgo.

Ainda em relação às vozes que duvidaram da amplitude do triunfo socialista, Mário Soares deixou um recado. «O PS elegeu 12 deputados, teve mais votos e uma percentagem muito superior em relação aos restantes partidos. Contra factos não há argumentos», declarou, antes de admitir que «até gostaria que a votação do partido ainda fosse superior. Com certeza que gostaria, mas, tendo em conta a abstenção e os resultados dos outros partidos socialistas na Europa, há motivos para o PS estar satisfeito», disse.

António Guterres decisivo

Mário Soares voltou a elogiar António Guterres na passagem da sua declaração em que se referiu ao empenhamento do secretário-geral do partido ao longo da campanha eleitoral para o Parlamento Europeu. «O que mais contribuiu para esta vitória foi António Guterres. Como primei-

ro-ministro podia ter preferido esconder-se, até poderia ter recusado estar presente em comícios, mas António Guterres deu sempre a cara em todas as circunstâncias», reiterou o cabeça-de-lista do partido às eleições para o Parlamento Europeu, antes de sublinhar que ele «contribuiu poderosamente para a vitória que agora festejamos».

Já na fase de perguntas e respostas, Mário Soares não hesitou em assegurar que, em Estrasburgo, salvo impedimentos de natureza imprevista, cumprirá o seu mandato até ao fim. «Até por uma questão de idade, não sei se há outros políticos que tenham tido tantos mandatos para cumprir como eu. Não consta que tenha deixado nenhum a meio», referiu, recebendo uma grande ovação dos militantes socialistas que escutavam no Hotel Altis a sua intervenção.

Interrogado se aceitaria participar nas eleições legislativas, Mário Soares começou por dizer ter a certeza de que António Guterres não precisará do seu concurso. «António Guterres vale tudo por si. Ele depois dirá se precisa ou não de mim, mas acho que não precisa», advogou. António Guterres, no entanto, aproveitou esta questão para realçar «a profunda solidarieda-



de» entre si e o fundador do partido. Referindo-se a Mário Soares, António Guterres declarou que «estaremos sempre juntos em todos os combates, porque nos une as ideias, a fraternidade e não as tácticas e porque a nossa vontade é a de trabalhar pelo bem de Portugal».

PSD sempre a descer

Confrontado com uma questão sobre a dimensão do triunfo do PS nas eleições para o Parlamento Europeu, o secretário-geral do partido frisou, em primeiro lugar, que o resultado dos socialistas portugueses se verificou contra a corrente do resto da Europa. Por outro lado, adiantou que os partidos que se encontram no Governo são normalmente penalizados pelos eleitores em eleições europeias, o que não aconteceu em Portugal. Ao contrário do PS, segundo António Guterres, «há um partido em Portugal - o PSD - que tem vindo sempre a descer as suas votações». Por esse motivo, sugeriu que «o PSD deveria fazer uma reflexão profunda antes de dizer tudo o que disse sobre os resultados das eleições europeias».

Depois de confrontado com a ideia de que o PS terá tido mais meios de campanha

do que o PSD, António Guterres reagiu à questão com humor. «Houve mais meios no PS do que no PSD porque a campanha do PSD foi feita a falar no PS. O PSD fez cartazes com o símbolo do PS. Só pode ter muito dinheiro», declarou.

Voltando à análise aos resultados do PS, o primeiro-ministro reconheceu que sofreu uma dupla distorção: uma positiva e outra negativa. A distorção negativa, segundo o chefe do Governo, foi o facto de a abstenção ter penalizado o PS. A distorção positiva foi o efeito da candidatura de Mário Soares, sem a qual reconheceu que o resultado do PS não teria sido tão amplo.

Comício gigantesco em Lisboa

A vitória do PS nas eleições de domingo já parecia segura na passada quinta-feira, onde o partido deu uma inequívoca prova de vitalidade e de mobilização ao encher a Praça Sony do Parque das Nações. Perante mais de 30 mil pessoas, antes de António Guterres e de Mário Soares, discursaram o presidente da Câmara de Lisboa, João Soares, o líder do PS/Lisboa, Jorge Coelho, e o segundo da lista europeia do PS e coordenador da Comissão Permanente do partido, António José Seguro.

Mário Soares dedicou o seu discurso à juventude, que se encontrava nas primeiras filas, berrando incansavelmente «Soares é fixe». Aos jovens, o ex-Presidente da República deixou uma garantia. «A promessa que vos faço é que continuarei a pensar em vós. Não serei só fixe. Serei fixíssimo», declarou, levando ao rubro milhares de pessoas.

No seu discurso, o fundador do partido também se congratulou com o fim da guerra na Jugoslávia, «após dois meses de ansiedade, de sofrimento e de destruição. Este dia é histórico», acrescentou Mário Soares na intervenção de quinta-feira, «Dia de Portugal».

A última acção de campanha do PS realizou-se na sexta-feira, com a tradicional descida do Chiado, até à Praça do Comércio. Além de Mário Soares e de vários membros do Governo, a caravana socialista contou com a presença do secretário-geral do partido e foi organizada pelo presidente da Federação de Lisboa do PS, Jorge Coelho.



EUROPEIAS RESULTADOS

Apuramentos

Ano		Mandatos	Concelhos	Freguesias
1999	Total	25	308	4241
	Apurados	24	293	4205
1994	Total	25	308	4221
	Apurados	24	293	4185

Escrutínio Provisório - Comparativo 94/99

Ano	Inscritos	Votantes		Abstenções		Branco		Nulos	
		Total	Percent.	Total	Percent.	Total	Percent.	Total	Percent.
1999	8572953	3460777	40,37%	5112176	59,63%	63379	1,83%	50016	1,45%
1994	8450184	3011880	35,64%	5438304	64,36%	48645	1,62%	47501	1,58%

Votação por Partido no País - Comparativo 94/99

Ano		PS	PPD/ /PSD	PCP- -PEV	CDS- -PP	BE	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN	POUS	PDA	MUT	PXXI	PRD	PSR	UDP
1999	Total	1490649	1076814	357337	282764	61959	30323	16149	13654	8757	5501	5054	-	-	-	-	-
	Percent.	43,05%	31,10%	10,32%	8,17%	1,79%	0,88%	0,47%	0,39%	0,25%	0,16%	0,15%	-	-	-	-	-
	Mandatos	12	8	2	2	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	-
1994	Total	1048690	1034189	339115	376247	-	23638	8206	12415	11008	-	6901	2577	12174	5784	17686	18765
	Percent.	34,80%	34,32%	11,25%	12,48%	-	0,78%	0,27%	0,41%	0,37%	-	0,23%	0,09%	0,40%	0,19%	0,59%	0,62%
	Mandatos	9	9	3	3	-	0	0	0	0	-	0	0	-	-	-	-
1999	Total	1490649	1076814	357337	282764	61959	30323	16149	13654	8757	5501	5054	-	-	-	-	-
	Percent.	43,05%	31,10%	10,32%	8,17%	1,79%	0,88%	0,47%	0,39%	0,25%	0,16%	0,15%	-	-	-	-	-
	Mandatos	12	8	2	2	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	-
1994	Total	1048690	1034189	339115	376247	-	23638	8206	12415	11008	-	6901	2577	12174	5784	17686	18765
	Percent.	34,80%	34,32%	11,25%	12,48%	-	0,78%	0,27%	0,41%	0,37%	-	0,23%	0,09%	0,40%	0,19%	0,59%	0,62%
	Mandatos	9	9	3	3	-	0	0	0	0	-	0	0	-	-	-	-

Resumo da Votação por Partido no País - Comparativo 94/99

Distritos	Ano	PS	PPD/ /PSD	PCP- -PEV	CDS- -PP	BE	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN	POUS	PDA	MUT	PXXI	PRD	PSR	UDP
Aveiro	1999	90106	80808	9021	29357	2593	1092	986	637	480	315	245	-	-	-	-	-
	1994	60384	75068	6552	31224	-	559	486	534	748	-	352	114	569	260	797	619
Beja	1999	25774	6873	17782	2010	747	1684	260	211	169	112	98	-	-	-	-	-
	1994	17104	7344	21216	2876	-	2005	308	244	237	-	204	68	220	156	179	595
Braga	1999	125438	102463	14978	26154	2668	1809	1104	766	711	480	391	-	-	-	-	-
	1994	93076	93975	11904	35260	-	1083	581	666	705	-	617	224	782	410	909	1122
Bragança	1999	18917	20707	1602	5110	297	326	250	205	218	135	73	-	-	-	-	-
	1994	17079	22638	1256	7641	-	220	186	146	198	-	204	49	200	85	223	192
Castelo Branco	1999	39228	26103	4620	5658	774	628	379	328	269	173	142	-	-	-	-	-
	1994	30995	26370	3828	8374	-	535	252	286	298	-	222	70	333	283	300	357
Coimbra	1999	68820	45392	9640	9632	2730	838	570	526	355	238	167	-	-	-	-	-
	1994	49258	42159	7537	12217	-	524	282	492	474	-	240	90	675	178	815	357
Évora	1999	25754	10399	17186	2691	871	1381	272	207	124	105	79	-	-	-	-	-
	1994	15164	11000	21630	4023	-	1750	206	239	236	-	101	86	200	142	267	572
Faro	1999	55360	30456	10381	7136	2053	1314	725	559	378	214	209	-	-	-	-	-
	1994	36266	28770	9221	9327	-	1001	272	519	379	-	220	107	476	269	486	720
Guarda	1999	29154	26070	2348	6981	551	426	370	242	279	163	147	-	-	-	-	-
	1994	23465	27604	1819	9984	-	277	219	206	271	-	208	72	271	147	295	238
Leiria	1999	53176	57406	8075	14852	1862	840	653	498	406	261	194	-	-	-	-	-
	1994	31621	48675	6412	16998	-	473	258	386	408	-	272	92	456	190	553	341
Lisboa	1999	315893	200541	105780	55526	24246	7331	4010	4604	1728	1011	863	-	-	-	-	-
	1994	204447	166385	100296	75610	-	5215	1710	4075	2166	-	903	479	2865	1180	6058	3990
Portalegre	1999	22551	9567	7831	2815	411	815	199	170	96	83	54	-	-	-	-	-
	1994	17139	10917	8807	4097	-	902	125	171	199	-	114	44	209	99	151	286
Porto	1999	274577	185618	45744	42454	8814	3811	2045	1541	1086	619	515	-	-	-	-	-
	1994	210606	191798	37662	60490	-	2191	1000	1420	1267	-	852	281	1856	717	2556	2297
Santarém	1999	69570	45224	17415	11274	2279	1732	824	579	395	281	248	-	-	-	-	-
	1994	48079	42779	17285	15665	-	1582	410	623	560	-	348	161	525	301	675	875
Setúbal	1999	104575	41620	69633	13006	6894	3790	1220	1247	466	352	350	-	-	-	-	-
	1994	63123	36613	71722	16491	-	3557	540	903	674	-	271	200	825	441	1599	2482
Viana do Castelo	1999	35572	31478	5084	13156	938	593	448	285	347	199	147	-	-	-	-	-
	1994	24909	33218	4402	14270	-	385	311	226	279	-	277	77	348	182	399	302
Vila Real	1999	33691	36481	2643	6495	589	463	391	228	257	196	194	-	-	-	-	-
	1994	27989	37505	2111	10095	-	344	294	246	253	-	323	75	367	183	296	317
Viseu	1999	47693	51740	3217	14479	1206	573	586	355	382	244	183	-	-	-	-	-
	1994	32545	46922	2936	21615	-	459	331	300	448	-	322	118	399	181	481	353
Regiões Autónomas																	
Açores	1999	27419	21544	1305	3906	493	221	256	137	121	77	452	-	-	-	-	-
	1994	18876	37575	1047	5345	-	214	156	242	215	-	405	57	250	122	323	227
Madeira	1999	26871	45446	2978	9999	933	645	596	325	482	241	299	-	-	-	-	-
	1994	25710	46348	1399	14500	-	351	277	489	983	-	443	112	335	251	317	2517
Total do País	1999	1490139	1075936	357263	282691	61949	30312	16144	13650	8749	5499	5050	-	-	-	-	-
	1994	1047835	1033663	339042	376102	-	23627	8204	12413	10998	-	6898	2576	12161	5777	17679	18759

* Incompleto

EUROPEIAS RESULTADOS

AVEIRO											
Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	BE	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN	POUS	PDA
Águeda	6146	5318	1866	560	120	68	56	29	24	21	13
Alber.-a-Velha	2524	2734	1391	236	58	40	32	14	22	14	7
Anadia	3387	4196	1394	249	110	37	41	32	29	18	8
Arouca	2450	3468	1360	149	65	18	61	24	26	21	12
Aveiro	8898	7936	3945	1219	573	125	117	83	46	31	29
Castelo de Paiva	2342	1806	254	112	26	16	6	14	9	6	1
Espinho	6324	4331	1130	1261	211	125	59	45	20	16	19
Estarreja	3103	3419	1047	416	84	45	41	27	20	15	13
Sta. Mª da Feira	19428	13981	3690	1221	300	212	149	110	67	52	38
Ílhavo	3529	3769	1294	411	156	44	53	30	19	14	8
Mealhada	3312	1546	404	352	94	35	2	11	11	6	4
Murtosa	556	1265	290	32	23	2	13	7	6	1	0
Oliv. de Azemeis	9938	8217	3406	656	197	85	118	62	56	27	24
Oliveira do Bairro	1322	3368	1651	136	30	15	32	16	19	11	7
Ovar	7408	5010	1101	1123	259	105	63	52	31	19	27
S. J. da Madeira	3631	2128	887	468	129	36	23	22	20	5	4
Sever do Vouga	1258	2268	981	109	30	22	16	17	19	13	8
Vagos	947	2974	1419	72	43	15	37	16	19	8	12
Vale de Cambra	3603	3074	1847	239	85	47	47	26	17	17	11

BEJA											
Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	BE	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN	POUS	PDA
Aljustrel	1891	1729	273	93	120	48	14	17	6	7	9
Almodôvar	1727	374	514	113	54	33	16	9	12	12	3
Alvito	389	324	143	34	36	16	5	3	5	3	2
Barrancos	357	215	-37	21	24	6	4	2	2	2	0
Beja	5265	4090	1678	476	267	275	36	41	26	11	14
Castro Verde	1253	830	245	79	90	55	17	6	5	6	5
Cuba	824	655	146	60	65	16	6	2	4	3	0
Ferr. do Alentejo	1653	996	336	116	107	27	18	12	3	6	8
Mértola	1445	1395	275	119	174	36	19	18	13	10	14
Moura	2125	1318	487	148	150	46	21	11	17	9	4
Odemira	4603	2255	1178	378	280	98	55	62	38	21	20
Ourique	1025	470	698	56	50	19	18	5	8	8	9
Serpa	2128	2527	589	219	163	52	18	11	22	9	6
Vidigueira	1089	604	274	98	104	20	13	12	8	5	4

BRAGA											
Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	BE	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN	POUS	PDA
Amarelos	2177	2444	902	140	28	25	19	16	19	4	11
Barcelos	16550	21150	4095	1300	366	182	168	106	116	64	51
Braga	24864	17883	4869	4735	1078	406	218	180	136	94	85
Cab. de Basto	3271	2452	400	107	33	22	18	20	16	9	13
Celorico de Basto	2456	3425	790	146	31	36	18	18	34	20	14
Esposende	3804	4142	1861	340	79	64	55	73	36	21	21
Fafe	10139	5664	1124	772	97	116	75	52	45	38	27
Guimarães	24814	15058	4139	4073	415	494	188	115	98	75	57
Póvoa do Lanhoso	3758	3194	694	157	47	35	29	16	21	18	19
Terras de Bouro	1039	1684	406	94	16	20	22	15	13	6	12
Vieirado Minho	2602	2215	364	186	33	31	34	16	28	20	9
V.N. Famalicão	20865	14898	3809	2169	322	260	131	87	69	64	39
Vila Verde	5009	6930	2354	324	81	62	82	34	68	31	25
Vizela	4090	1324	347	435	42	56	47	18	12	16	8

BRAGANÇA											
Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	BE	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN	POUS	PDA
Alfândega da Fé	1066	1026	289	80	20	18	15	12	8	7	8
Bragança	4259	4314	832	377	57	87	50	51	55	27	16
Carr. de Ansiães	1690	1127	366	83	22	16	11	12	15	13	4
Fr. Esp. à Cinta	671	711	134	50	13	8	8	12	5	2	2
Mac. Cavaleiros	2128	2229	860	168	38	51	36	24	25	15	4
Miranda do Douro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mirandela	3548	2665	1135	389	52	37	34	37	33	17	11
Mogadouro	2077	1436	390	72	23	16	22	17	12	12	3
Torre de Moncorvo	1568	1700	359	129	32	25	24	21	11	16	8
Vila Flor	1262	1220	318	100	24	17	15	7	14	4	5
Vimioso	1001	801	98	43	14	8	14	11	9	11	4
Vinhais	1437	1688	329	111	31	14	21	14	18	11	8

CASTELO BRANCO											
Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	BE	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN	POUS	PDA
Belmonte	1348	693	154	138	19	18	16	4	9	3	5
Castelo Branco	11084	5863	1493	1005	243	139	123	99	71	45	25
Covilhã	10577	4544	1417	2326	261	237	73	83	58	33	36
Fundão	5974	2810	606	516	123	94	64	45	34	20	24
Idanha-a-Nova	2656	1352	304	189	27	50	26	28	30	22	7
Oleiros	926	2079	206	33	10	9	12	7	12	4	2
Penamacor	1457	719	220	99	14	18	13	10	4	5	7
Proença-a-Nova	1503	2268	398	57	16	11	12	11	12	15	7
Sertão	2155	3849	576	75	39	24	23	28	22	17	17
Vila de Rei	329	1271	221	25	13	11	11	9	8	6	7
V. Velha Rodão	1219	655	63	157	9	17	6	4	9	3	5

COIMBRA											
Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	BE	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN	POUS	PDA
Arganil	2402	2166	113	308	44	26	21	19	19	18	11
Cantanhede	4919	4773	300	1267	118	51	48	29	22	19	13
Coimbra	24119	13970	5320	3401	1747	343	165	206	66	59	36
Condeixa-a-Nova	2288	1071	388	225	61	35	21	21	8	7	3
Figueira da Foz	8696	5073	1461	1146	293	137	92	76	49	24	26
Góis	1116	653	47	106	23	3	4	7	9	1	4
Lousã	2990	1424	220	316	77	16	18	7	11	10	6
Mira	1813	1820	105	341	44	13	17	14	5	9	4
Miranda do Corvo	2265	1179	180	210	43	20	16	11	10	9	6
Mon.-o-Velho	4002	1605	541	476	68	54	37	27	13	16	17
Oliv. do Hospital	3297	2992	129	589	35	31	41	26	28	19	12
Pamp. da Serra	914	1081	38	107	9	9	9	8	17	5	3
Penacova	2498	2153	222	321	37	21	15	28	39	6	4
Penela	839	1058	42	110	13	6	9	9	4	5	7
Soure	3880	1751	390	358	67	47	27	27	26	19	5
Tábua	1889	1811	81	241	37	22	20	10	21	10	9
V.N. de Poiares	893	812	63	110	14	4	10	1	8	2	1

* Incompleto

EUROPEIAS RESULTADOS

ÉVORA

Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	BE	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN	POUS	PDA
Alandroal	917	939	253	87	73	10	16	6	5	3	3
Arraiolos	1048	1436	341	84	89	35	14	9	3	5	2
Borba	1582	578	433	133	55	33	10	5	10	9	3
Estremoz	2522	1000	1273	313	109	72	25	19	12	14	8
Évora	8633	4115	3711	993	349	457	80	89	34	22	23
Mont.-o-Novo	2651	3490	1027	236	199	77	25	23	23	16	10
Mora	747	948	449	84	63	2	8	7	4	4	2
Mourão	572	95	229	43	10	4	2	3	2	5	0
Portel	975	958	196	50	63	18	13	6	3	4	4
Redondo	885	628	319	110	73	28	11	3	11	5	4
Reg. de Monsaraz	1867	427	589	122	60	27	16	9	6	7	4
Vendas Novas	1471	1377	778	197	103	35	27	14	6	5	8
Viana do Alentejo	687	659	222	48	57	20	11	7	3	1	5
Vila Viçosa	197	36	579	191	78	43	14	7	2	5	3

FARO

Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	BE	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN	POUS	PDA
Albufeira	3162	1904	494	466	94	61	44	24	15	21	7
Alcoutim	888	529	131	59	6	18	14	6	8	1	2
Aljezur	986	313	277	90	21	37	12	11	14	2	6
Castro Marim	1285	577	130	92	22	27	17	11	5	2	4
Faro	8228	4720	1828	1113	550	146	83	75	45	24	23
Lagoa	2839	1521	468	359	60	67	33	33	13	10	11
Lagos	4163	1671	821	469	165	95	36	44	28	17	16
Loulé	7414	5490	809	1059	258	117	117	69	62	36	37
Monchique	1549	944	255	163	43	26	19	8	10	4	8
Olhão	4941	2403	823	809	150	133	84	67	39	22	22
Portimão	7017	3584	1362	1063	293	197	97	84	37	29	14
S. Brás Alportel	1427	869	185	171	25	40	27	9	15	4	7
Silves	4522	2446	1300	482	124	155	60	47	34	12	18
Tavira	3792	2191	412	430	138	88	48	40	35	18	26
Vila do Bispo	980	386	167	76	24	26	16	19	9	4	2
V.R. Sto. Antonio	2167	908	919	235	80	81	18	12	9	8	6

GUARDA

Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	BE	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN	POUS	PDA
Aguiar da Beira	591	1241	368	17	10	10	15	14	3	13	12
Almeida	1293	1362	423	110	27	21	29	14	15	12	6
Celorico da Beira	1463	1308	310	73	24	28	14	13	13	9	8
Fig.Cast. Rodrigo	1192	1212	201	47	13	10	13	15	7	4	3
Form. de Algodres	961	1189	299	37	17	5	7	16	5	9	5
Gouveia	2751	2203	504	286	57	53	40	16	22	9	14
Guarda	7619	4864	1516	631	154	125	64	46	59	27	30
Manteigas	567	370	120	85	9	11	8	5	4	1	2
Meda	845	1178	419	65	23	17	37	15	8	12	6
Pinhel	1447	1688	493	118	23	20	23	22	13	13	9
Sabugal	2285	2492	727	131	42	34	48	36	32	22	13
Seia	4820	3369	834	557	89	54	43	24	28	8	16
Trancoso	1765	2160	424	84	41	20	14	29	15	12	9
V.N. de Foz Coa	1555	1434	343	107	22	18	15	14	18	12	14

LEIRIA

Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	BE	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN	POUS	PDA
Alcobaça	7390	7557	1805	1107	244	109	79	65	53	31	29
Alvaiázere	2158	609	349	38	13	12	7	6	14	9	2
Ansião	3041	1703	451	91	25	16	27	9	17	9	8
Batalha	2403	1494	911	89	41	19	26	20	13	11	7
Bombarral	1502	1701	575	313	57	30	20	21	8	9	7
Caldas da Rainha	5757	5359	1499	793	291	73	68	63	37	21	20
Cast. de Pera	402	903	76	63	8	7	7	3	4	1	1
Fig. dos Vinhos	1523	1065	214	47	18	12	17	10	8	6	7
Leiria	15713	11914	4801	1188	497	146	191	135	106	60	46
Marinha Grande	1954	4868	571	2534	194	172	61	28	26	34	15
Nazaré	1252	2313	204	358	94	38	12	6	6	5	4
Óbidos	991	1679	261	181	38	19	15	12	12	4	3
Pedrogão Grande	1016	589	104	30	11	3	11	7	9	7	3
Peniche	2036	3654	535	675	109	78	34	28	14	14	15
Pombal	6755	4709	1335	299	136	60	51	46	56	20	19
Porto de Mós	3513	3059	1161	269	86	46	27	39	23	20	8

LISBOA

Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	BE	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN	POUS	PDA
Alenquer	6432	2428	1972	643	135	186	46	66	53	30	15
Arruda dos Vinhos	1454	771	340	116	35	58	10	11	8	3	8
Azambuja	3357	1288	1157	289	117	112	34	34	12	12	29
Cadaval	2069	1343	180	347	35	21	11	27	23	3	7
Cascais	21332	18331	5938	5235	1723	466	372	349	74	74	60
Lisboa	98474	73973	30258	21119	9969	2181	1673	1414	419	324	231
Loures	31643	14696	13788	4139	1893	904	459	351	177	100	88
Lourinhã	2778	2940	205	904	74	24	30	56	16	6	16
Mafra	6848	4960	927	1206	220	105	92	115	40	41	27
Oeiras	23261	18303	7483	4579	2635	432	387	306	104	67	64
Sintra	41506	22450	13551	6372	2914	915	579	441	192	120	103
Sob. Mte. Agraço	1070	458	614	151	43	70	13	22	8	8	7
Torres Vedras	9469	6302	2191	1557	328	188	92	104	44	33	20
V.F. de Xira	17791	6326	9073	1776	908	474	176	139	339	33	48
Amadora	26883	14334	11285	4071	1970	694	367	317	110	84	68
Odivelas	21526	11638	6818	3022	1247	501	263	258	109	73	72

PORTALEGRE

Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	BE	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN	POUS	PDA
Alter do Chão	700	329	298	110	39	10	8	5	10	6	3
Arronches	690	262	152	71	20	6	5	4	2	2	3
Avis	729	355	1256	64	46	16	6	5	4	1	4
Campo Maior	1413	305	662	100	48	16	3	4	3	6	1
Castelo de Vide	810	341	126	72	25	25	7	10	6	7	3
Crato	908	246	336	107	44	20	14	6	5	1	2
Elvas	3680	1269	587	566	104	46	34	33	13	13	12
Fronteira	845	446	222	100	33	13	4	8	0	6	0
Gavião	1421	351	246	105	50	20	9	10	4	3	3
Marvão	837	390	34	137	9	14	7	11	4	4	1
Monforte	614	167	264	95	26	4	3	3	6	2	0
Nisa	1959	790	496	212	94	32	27	11	4	8	8
Ponte de Sor	2473	1086	1829	342	144	60	27	17	16	8	6
Portalegre	4551	2588	830	619	80	112	35	34	15	12	8
Sousel	921	642	493	115	53	17	10	9	4	4	0

* Incompleto

EUROPEIAS RESULTADOS

PORTO

Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	BE	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN	POUS	PDA
Amarante	8911	5986	610	966	182	91	64	51	57	25	15
Baião	3445	1899	186	256	28	31	16	20	22	11	4
Felgueiras	8672	5539	569	1066	58	88	70	30	33	31	18
Gondomar	24923	16769	5702	2955	772	461	163	157	98	54	54
Lousada	5851	3804	406	613	32	52	29	25	23	16	13
Maia	18296	12169	2892	2583	610	270	145	136	65	60	48
M. de Canaveses	4686	3139	374	998	40	50	40	26	17	20	12
Matosinhos	30142	14702	5425	3406	1125	384	150	150	74	49	51
Paços de Ferreira	5771	5853	490	1351	62	57	61	27	21	17	13
Paredes	8814	9171	768	2166	112	95	79	47	48	31	13
Penafiel	10512	6857	952	1527	120	129	88	42	55	17	29
Porto	46862	34748	12353	9031	3184	681	471	337	240	76	58
Póvoa de Varzim	6660	7577	834	2640	199	80	62	29	38	21	15
Santo Tirso	13058	7033	1320	1829	183	228	78	50	50	39	30
Valongo	13278	8445	2309	1616	390	203	78	70	51	19	26
Vila do Conde	13503	8105	1344	1796	231	157	71	68	42	39	17
V.N. de Gaia	46066	28814	8683	6492	1458	693	339	258	141	82	88
Trofa	5127	5008	527	1163	78	61	41	18	11	12	11

SANTARÉM

Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	BE	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN	POUS	PDA
Abrantes	8038	3406	1488	987	278	203	111	56	42	34	29
Alcanena	2420	1614	581	477	58	60	27	22	8	6	2
Almeirim	3669	1244	798	329	77	72	31	21	8	7	5
Alpiarça	1186	273	1246	73	39	52	8	11	5	8	0
Benavente	2180	1053	1441	372	112	135	33	22	10	7	8
Cartaxo	4225	1512	853	418	99	114	53	19	18	16	14
Chamusca	1846	571	724	217	32	76	24	15	9	8	6
Constância	847	237	179	90	11	26	10	7	3	5	1
Coruche	3030	1204	2218	421	60	146	32	23	15	15	12
Entroncamento	2903	1400	764	383	189	66	32	35	12	9	5
Ferreira do Zezere	1145	1738	64	307	16	19	20	31	18	6	7
Golegã	912	368	328	117	10	28	7	11	5	0	1
Mação	1932	1965	166	410	36	36	38	22	30	12	27
Rio Maior	2692	2587	298	701	59	34	46	17	17	7	17
Salv. de Magos	2379	877	731	257	52	83	41	26	6	6	10
Santarém	10727	5900	2367	1469	430	200	90	68	49	47	32
Sardoal	871	804	66	159	17	16	9	3	7	7	4
Tomar	6851	5553	926	1276	256	108	80	61	50	27	23
Torres Novas	6559	3670	1421	837	318	152	74	53	41	31	20
V.N. da Barquinha	1447	586	302	158	44	35	10	17	3	4	1
Ourém	3711	8662	454	1816	86	71	48	39	39	19	24

SETÚBAL

Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	BE	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN	POUS	PDA
Alcácer do Sal	2453	1848	538	179	63	148	21	17	16	11	15
Alcochete	1576	997	490	173	55	68	13	18	3	3	9
Almada	23774	14366	10747	3194	1951	657	338	272	99	74	73
Barreiro	11530	11701	3683	1208	905	426	126	109	59	41	27
Grandola	2450	1908	906	191	82	147	15	27	13	10	8
Moita	7776	8030	2495	835	569	432	119	102	40	31	31
Montijo	5234	2354	2295	768	203	189	59	55	25	19	15
Palmela	5915	3678	2233	683	271	244	71	75	24	22	22
Sant. do Cacém	4868	2873	1844	530	180	239	47	66	25	20	21
Seixal	17437	11614	7323	2279	1189	593	211	210	67	60	53
Sesimbra	4435	1899	1941	566	210	127	49	65	21	17	21
Setúbal	15423	7369	6562	2221	1126	437	165	188	68	37	53
Sines	1704	996	563	179	90	83	13	16	6	7	2

* Incompleto

VIANA DO CASTELO

Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	BE	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN	POUS	PDA
ArcosdeValdevez	3188	4354	699	208	51	48	42	55	30	40	17
Caminha	3044	1985	487	518	84	69	45	19	25	12	6
Melgaço	1921	1160	277	74	19	16	14	21	14	8	11
Monção	2583	2447	1035	137	50	28	34	20	22	10	17
Paredes de Coura	1754	965	221	117	34	26	25	19	15	17	16
Ponte da Barca	2146	2285	389	112	37	20	14	14	18	2	4
Ponte de Lima	4577	5892	6075	568	92	79	102	57	55	29	25
Valença	1915	1773	474	140	16	26	17	15	12	9	8
Vianado Castelo	12717	9401	3212	3088	526	263	138	113	89	61	36
VilaNovadeCerveira	1727	1216	287	122	29	18	17	14	5	11	7

VILA REAL

Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	BE	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN	POUS	PDA
Allijó	2145	2367	467	161	36	24	30	13	30	10	12
Boticas	1792	896	113	53	10	23	10	8	5	5	18
Chaves	7359	6609	1160	539	117	85	71	52	36	47	34
MesãoFrio	603	688	172	50	8	6	13	3	4	2	2
Mondim de Basto	1151	821	613	80	19	24	9	8	8	6	3
Montalegre	2495	3023	242	128	20	24	24	28	15	16	15
Murça	1251	1033	329	49	25	10	17	8	8	7	7
Peso da Régua	1502	2644	425	254	53	41	27	7	15	6	11
Ribeira de Pena	1467	1303	182	57	9	12	19	14	15	15	17
Sabrosa	1267	1178	191	75	13	18	14	9	8	6	8
Sta M. Penaguão	1226	1924	196	61	16	14	11	5	12	8	3
Valpaços	4680	1934	624	96	23	37	26	20	12	23	15
V. Pouca Aguiar	2242	2071	423	250	25	47	26	20	12	24	17
Vila Real	7301	7200	1358	790	215	98	94	62	48	21	32

VISEU

Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	BE	PCTP/ /MRPP	PPM	MPT	PSN	POUS	PDA
Armamar	1337	649	286	51	12	7	18	3	11	5	6
Carregal do Sal	1295	891	353	59	25	11	12	4	6	5	6
Castro Daire	2327	1818	633	89	26	31	19	18	14	14	7
Cinfães	1659	2342	433	129	21	20	33	23	11	17	4
Lamego	3319	3902	1100	361	82	34	60	25	21	14	9
Mangualde	2634	2549	664	199	60	23	28	14	13	16	5
Moim. da Beira	1459	1379	511	93	18	11	19	15	14	16	9
Mortágua	1182	1331	174	108	31	10	9	7	4	6	12
Nelas	1308	1522	304	56	37	17	17	10	10	1	7
Oliveira de Frades	638	1114	507	80	23	10	10	8	8	7	4
Pen. do Castelo	1226	1079	361	64	9	15	9	12	11	8	7
Penedono	509	506	124	49	6	9	12	8	7	3	3
Resende	1632	1904	308	69	29	18	25	11	10	14	9
Sta Comba Dão	1902	1783	393	86	49	24	22	14	12	7	8
São João da											
Pesqueira	989	1083	223	72	15	11	18	11	10	9	7
S. Pedro do Sul	2547	3111	640	270	71	42	38	17	23	13	17
Salão	1831	1301	740	36	16	17	13	22	6	8	11
Sernancelhe	1167	883	456	24	10	13	6	17	15	8	6
Tabuaço	1028	828	446	38	9	15	13	7	9	5	4
Tarouca	948	869	247	78	14	11	22	15	7	10	6
Tondela	5090	3719	1446	254	88	56	47	25	29	15	5
V.N. de Paiva	766	647	377	33	14	7	9	10	6	8	1
Viséu	12517	11172	3344	788	498	156	98	76	89	28	25
Vouzela	1430	1311	409	131	43	18	16	10	9	7	5

EUROPEIAS RESULTADOS

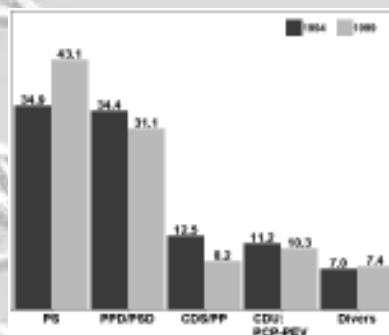
AÇORES

Concelhos	PS	PPD/ /PSD	CDS- -PP	PCP- -PEV	BE	PDA	PPM	PCTP/ /MRPP	MPT	PSN	POUS
Angra do Heroísmo											
Ang. do Heroísmo	4740	3458	684	153	87	24	24	17	16	11	7
Calheta	357	820	115	5	4	6	7	8	2	8	2
Sta. Cruz Graciosa	758	790	52	9	4	0	10	2	4	4	6
Velas	527	723	201	25	8	2	1	3	6	5	2
Praia da Vitória	2502	2077	460	56	16	9	11	16	17	10	6
Horta											
Corvo	70	43	64	4	0	0	3	0	0	0	1
Horta	1993	1604	367	205	32	15	15	19	8	8	2
Lajes das Flores	273	218	37	43	4	2	1	3	2	0	0
Lajes do Pico	733	618	51	25	8	5	0	4	4	2	2
Madalena	820	756	121	46	5	3	10	5	0	6	1
Sta Cruz Flores	333	213	81	67	7	6	4	11	1	0	0
S. Roque do Pico	521	402	36	33	7	3	4	5	6	2	1
Ponta Delgada											
Lagoa	1082	729	122	51	18	22	9	13	7	2	6
Nordeste	914	889	106	35	9	15	9	4	6	5	4
Ponta Delgada	6631	4662	782	375	150	250	76	77	38	29	17
Povoação	698	697	125	27	14	21	7	8	1	5	3
Ribeira Grande	2525	1768	272	79	98	58	34	17	13	17	7
V.F. do Campo	1176	811	172	41	13	8	25	5	5	4	6
Vila do Porto	766	266	58	26	9	3	6	4	1	3	4

* Incompleto
Fonte: DGSJ

MADEIRA

Concelhos	PPD/ /PSD	PS	CDS- -PP	PCP- -PEV	BE	PCTP/ /MRPP	PPM	PSN	MPT	PDA	POUS
Calheta	3115	451	1107	73	18	10	23	12	11	10	14
Câmara de Lobos	5691	1998	912	228	57	57	58	50	28	23	23
Funchal	17798	14092	4541	1950	632	378	322	251	177	157	97
Machico	2932	2896	397	198	31	28	23	17	23	13	16
Ponta do Sol	1730	651	473	36	31	9	18	23	15	9	9
Porto Moniz	1118	426	123	15	7	3	5	6	2	6	5
Porto Santo	1020	639	92	21	7	7	5	8	0	3	3
Ribeira Brava	3404	865	468	76	51	31	36	33	17	16	27
Santa Cruz	4968	3255	1186	311	65	94	75	57	35	45	31
Santana	2248	870	369	39	15	16	18	16	7	11	10
São Vicente	1422	728	331	31	19	12	13	9	10	6	6



RESULTADOS EUROPEUS

EUROPA

País	PSE	PPE	ELDR	UPEGUE/NGL	V	ARE	I-EdN	NI	?	Total	
B	5	6	5	-	5	2	-	2	-	25	
DK	3	1	6	-	1	-	4	-	1	16	
D	33	53	-	6	7	-	-	-	-	99	
EL	9	9	-	5	-	-	-	-	2	25	
E	24	29	2	4	2	-	-	-	3	64	
F	22	15	-	6	9	-	13	5	17	87	
IRL	1	4	1	6	2	-	-	-	1	15	
I	17	32	1	9	6	2	7	5	8	87	
L	2	2	1	-	1	-	-	-	-	6	
NL	6	9	8	-	1	4	-	3	-	31	
A	7	7	-	-	2	-	-	5	-	21	
P	12	9	-	2	2	-	-	-	-	25	
FIN	3	5	5	-	1	2	-	-	-	16	
S	6	7	4	-	3	2	-	-	-	22	
UK	30	36	10	-	2	2	1	1	5	87	
TOTAL	180	224	43	17	35	38	13	21	18	37	626

Fonte: Várias

ALEMANHA

Partido	% 94	Ass. 94	% 99	Ass. 99	PSE	PPE	ELDR	UPE	GUE/ /NGL	V	ARE	I-EdN	NI	?
SPD	32.2	40	30.7	33	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDU	38.8	47	39.3	43	43	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CSU	-	-	9.4	10	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GRÜNEN	10.1	12	6.4	7	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-
PDS	-	-	5.8	6	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-
Diversos	18.9	-	5.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100	99	97	99	33	53	0	0	6	7	0	0	0	0

Fonte: AP, 14/06/99, 05:11

ÁUSTRIA

Partido	% 94	Ass. 94	% 99	Ass. 99	PSE	PPE	ELDR	UPE	GUE/ /NGL	V	ARE	I-EdN	NI	?
ÖVP	29.6	7	30.6	7	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-
SPÖ	29.2	6	31.7	7	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FPÖ	27.5	6	23.5	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-
Grüne	6.8	1	9.2	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
LIF	4.3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	2.6	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100	21	100	21	7	7	0	0	0	2	0	0	5	0

Fonte: Ministère Intérieur, 14/06/99, 03:18

BÉLGICA

Partido	% 94	Ass. 94	% 99	Ass. 99	PSE	PPE	ELDR	UPE	GUE/ /NGL	V	ARE	I-EdN	NI	?
CVP	17	4	13.9	3	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-
VLD	11.4	3	13.5	3	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
SP	10.9	3	9	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VB	7.8	2	9.2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
AGALEV	6.6	1	7.4	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
VU-ID21	4.4	1	7.2	2	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
PS	11.4	3	9.6	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRL-FDF-														
-MCC	9.1	3	10	3	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-
PSC	7	2	5	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
ECOLO	4.9	1	8.4	3	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-
CSP	0.2	1	0.2	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	6.4	-	6.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	97.1	24	100	25	5	6	5	0	0	5	2	0	2	0

Fonte: Ministère Intérieur, 14/06/99, 16:55

EUROPEIAS RESULTADOS

DINAMARCA

Partido	% 94	Ass. 94	% 99	Ass. 99	PSE	PPE	ELDR	UPE	GUE/ /NGL	V	ARE	I-EdN	NI	?
V	19	4	23.3	5	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-
KONS	17.7	3	8.6	1	-	1-	-	-	-	-	-	-	-	-
SOC	15.8	3	16.5	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juni.B	15.2	2	16.1	3	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Folk.B	10.3	2	7.3	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
SF	8.6	1	7.1	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
RV	8.5	1	9.1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
DF	-	5.8	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Diversos	4.9	-	6.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100	16	100	16	3	1	6	0	1	0	0	4	0	1

Fonte: Min. of Interior, 14/06/99, 03:15

ESPAÑA

Partido	% 94	Ass. 94	% 99	Ass. 99	PSE	PPE	ELDR	UPE	GUE/ /NGL	V	ARE	I-EdN	NI	?
PP	40.6	28	39.8	27	-	27	-	-	-	-	-	-	-	-
PSOE/ /PR	31.1	22	35.3	24	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IU	13.6	9	5.8	4	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-
CIU:														
UDC-CDC	4.7	3	4.4	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-
CE	2.8	2	3.2	2	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
CNEP	-	-	2.9	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
EH	-	-	1.5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
BNG	-	-	1.6	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Diversos	7.2	-	5.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100	64	100	64	24	29	2	0	4	0	2	0	0	3

Fonte: Gouvernement, 14/06/99, 06:33

FINLÂNDIA

Partido	% 94	Ass. 94	% 99	Ass. 99	PSE	PPE	ELDR	UPE	GUE/ /NGL	V	ARE	I-EdN	NI	?
KESK	24.4	4	21.3	4	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-
SFP	5.8	1	6.8	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
SDP	21.5	4	17.8	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
KOK	20.2	4	25.3	4	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-
VAS	10.5	2	9.1	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
VIHR	7.6	1	13.4	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
SKL	-	-	2.4	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	10	-	3.9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100	16	100	16	3	5	5	0	1	2	0	0	0	0

Fonte: TV Finland, 13/06/99, 22:00

FRANÇA

Partido	% 94	Ass. 94	% 99	Ass. 99	PSE	PPE	ELDR	UPE	GUE/ /NGL	V	ARE	I-EdN	NI	?
RPR-DL	25.6	28	12.8	12	-	6	-	-	-	-	-	-	-	6
UDF	-	-	9.3	9	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-
PS	14.5	15	22	22	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RPFIE	12.3	13	13	13	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-
FN	10.5	11	5.7	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-
PCF-Ind	6.9	7	6.8	6	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-
Verts	-	-	9.7	9	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-
LO-LCR	-	-	5.2	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
CPNT	-	-	6.8	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Diversos	18.2	-	8.7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	88	74	99.95	87	22	15	0	0	6	9	0	13	5	17

Fonte: Ministère Intérieur, 14/06/99, 14:06

GRÉCIA

Partido	% 94	Ass. 94	% 99	Ass. 99	PSE	PPE	ELDR	UPE	GUE/ /NGL	V	ARE	I-EdN	NI	?
Pasok	37.6	10	32.8	9	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ND	32.7	9	36	9	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-
KKE	6.3	2	8.7	3	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-
SYN	6.2	2	5.2	2	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-
DIKKI	-	-	6.9	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Diversos	8.5	-	10.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	91.3	23	100	25	9	9	0	0	5	0	0	0	0	2

Fonte: Ministère Intérieur, 14/06/99, 16:32

HOLANDA

Partido	% 94	Ass. 94	% 99	Ass. 99	PSE	PPE	ELDR	UPE	GUE/ /NGL	V	ARE	I-EdN	NI	?
CDA	30.8	10	26.9	9	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-
PvdA	22.9	8	20.1	6	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VVD	17.9	6	19.7	6	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-
D66	11.7	4	5.8	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
RPF-SGP-														
-GVP	7.8	2	8.7	3	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
GrLinks	3.7	1	11.9	4	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-
SP	-	-	5	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Diversos	5.2	-	1.9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100	31	100	31	6	9	8	0	1	4	0	3	0	0

Fonte: ANP/NOS.PR, 13/06/99, 22:00

IRLÂNDIA

Partido	% 94	Ass. 94	% 99	Ass. 99	PSE	PPE	ELDR	UPE	GUE/ /NGL	V	ARE	I-EdN	NI	?
FF	35	7	38.7	6	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-
FG	24.3	4	24.6	4	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-
LAB	11	1	8.8	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GP	7.9	2	6.7	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
Ind	-	1	4.6	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Ind	-	-	3.7	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Diversos	14.9	-	12.9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	93.1	15	100	15	1	4	1	6	0	2	0	0	0	1

Fonte: Dublin Office, 14/06/99, 18:30

ITÁLIA

Partido	% 94	Ass. 94	% 99	Ass. 99	PSE	PPE	ELDR	UPE	GUE/ /NGL	V	ARE	I-EdN	NI	?
Fzalt.	30.6	27	25.2	22	-	22	-	-	-	-	-	-	-	-
CCD	-	-	2.6	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
DS	19.1	16	17.4	15	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SDI	1.8	2	2.1	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AN/Segn	12.5	11	10.3	9	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-
MSI/FT	-	-	1.6	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
PPI	10	8	4.3	4	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-
UDEUR	-	-	1.6	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
CDU	-	-	2.1	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
RIDini	-	-	1.1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
LN	6.6	6	4.5	4	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-
RC	6.1	5	4.3	4	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-
CI	-	-	2	2	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-
Fed.V.	3.2	3	1.8	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
Lbonino	2.1	2	8.5	7	-	-	-	-	-	-	7	-	-	-
PR/Lib	0.7	1	0.5	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Pension	-	-	0.7	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
I.demo	-	-	7.7	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Diversos	1.6	-	1.7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	94.3	81	100	87	17	32	1	9	6	2	7	0	5	8

Fonte: La Repubblica, 14/06/99, 19:13

EUROPEIAS RESULTADOS

LUXEMBURGO

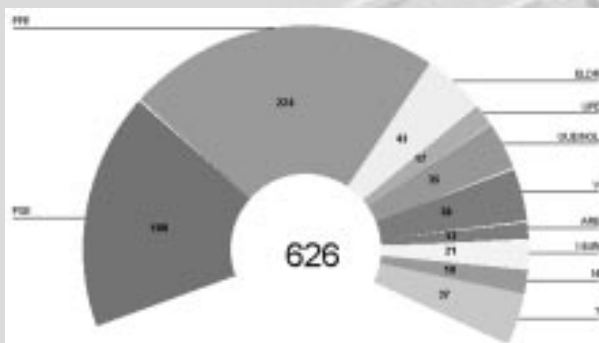
Partido	% 94	Ass. 94	% 99	Ass. 99	PSE	PPE	ELDR	UPE	GUE/ /NGL	V	ARE	I-EdN	NI	?
CSV	31.5	2	31.9	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
LSAP	24.8	2	23.2	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DP	18.8	1	20.8	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
D.Gréng	10.9	1	10.7	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Diversos	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100	6	86.64	6	2	2	1	0	0	1	0	0	0	0

Fonte: RTL/Internet, 14/06/99, 09:21

PORTUGAL

Partido	% 94	Ass. 94	% 99	Ass. 99	PSE	PPE	ELDR	UPE	GUE/ /NGL	V	ARE	I-EdN	NI	?
PS	34.9	10	43.1	12	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PPD/PSD	34.4	8	31.1	9	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-
CDS/PP	12.5	3	8.2	2	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
CDU:														
PCP-PEV	11.2	3	10.3	2	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
Diversos	7	-	7.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100	24	100	25	12	9	0	2	2	0	0	0	0	0

Fonte: DGSI, 14/06/99, 10:37



REINO UNIDO

Partido	% 94	Ass. 94	% 99	Ass. 99	PSE	PPE	ELDR	UPE	GUE/ /NGL	V	ARE	I-EdN	NI	?
LAB	42.7	62	28	29	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conserv	26.8	18	35.8	36	-	36	-	-	-	-	-	-	-	-
LD	16.1	2	12.7	10	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-
SNP	3.1	2	2.7	2	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
SDLP	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DUP	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
UUP	0.8	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
PlaidCy	-	-	1.8	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
GreenP	-	-	6.2	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
UKInd	-	-	7	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Diversos	8.5	-	5.8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100	87	100	87	30	36	10	0	0	2	2	1	1	5

Fonte: BBC Internet, 14/06/99, 18:01

SUÉCIA

Partido	% 94	Ass. 94	% 99	Ass. 99	PSE	PPE	ELDR	UPE	GUE/ /NGL	V	ARE	I-EdN	NI	?
S	28.1	7	26.1	6	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
M	23.2	5	20.6	5	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-
MP	17.2	4	9.4	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
V	12.9	3	15.8	3	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-
C	7.2	2	6	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
FP	4.8	1	13.8	3	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
KD	-	-	7.7	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	6.6	-	0.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100	22	100	22	6	7	4	0	3	2	0	0	0	0

Fonte: BSU-Election Authority, 14/06/99, 00:30



COLÓNIA

Cimeira

UE VAI TER FORÇAS MILITARES COMUNS PARA MISSÕES DE PAZ

A União Europeia vai dispor de forças militares comuns, a partir de 2001, mas apenas para missões de paz e humanitárias. Esta decisão foi tomada na recente cimeira de Colónia de líderes dos Quinze. Os chefes de Estado e de Governo da UE concordaram em acelerar a criação de capacidades militares e de defesa da Europa comunitária, autónomas da NATO, tendo decidido adoptar o quadro institucional necessário até ao final de 2000. Neste contexto, no próximo ano e meio, a UEO, única organização de defesa exclusivamente europeia, será extinta, enquanto entidade autónoma, sendo incorporada na União Europeia. A UE passará assim a assumir a actual vocação da UEO (União da Europa Ocidental), que é desenvolver ou participar em missões militares de manutenção de paz e com fins humanitários, as chamadas «missões de Petersberg».

Defesa e segurança

Segundo sublinhou o ministro Jaime Gama, o acordo alcançado na cimeira de Colónia sobre o reforço da identidade da segurança e defesa da UE constitui «uma verdadeira carta magna», que, até 2000, permitirá preparar decisões como a da «incorpora-



ção da UEO na UE em tudo o que tem a ver com as missões de paz e humanitárias». O ministro dos Negócios Estrangeiros e da Defesa disse que o objectivo «é dotar a UE dos instrumentos, dos meios e das forças necessárias para poder agir neste domínio, em consonância, aliás, com as alterações doutrinais que foram adoptadas na cimeira da NATO de Washington». A partir de agora, acrescentou Jaime Gama, o Conselho de Ministros dos As-

suntos Gerais da UE (que reúne os MNE's dos Quinze) está mandatado para preparar os arranjos institucionais necessários à assunção pela União de responsabilidades em matéria de defesa.

A realização de conselhos de MNE's da União, com a participação de ministros das Defesas, a criação de um Comité Político de Defesa em Bruxelas, o estabelecimento de um Comité Militar, a criação de um Estado-Maior da UE, com um «centro de

crises», e o aperfeiçoamento das estruturas existentes, como o centro de satélites e o Instituto de Estudos de Segurança da UEO foram algumas das medidas a preparar, citadas por Jaime Gama.

«Esta arquitectura institucional permitirá pôr de pé uma capacidade própria de defesa da UE para intervenções em acções de manutenção de paz e humanitárias», observou o chefe da diplomacia portuguesa. Jaime Gama minimizou as dificuldades que, neste contexto, possam ser colocadas pelos países neutros da UE (Áustria, Suécia, Finlândia e Irlanda), salientando que «a decisão agora tomada pela cimeira é sobre um tipo de missões que não são de defesa colectiva ou territorial, mas sim de carácter humanitário e de paz».

«Isto torna mais fácil a articulação com os países neutros», considerou Gama, recordando que «neutro quer dizer que não participa numa aliança de defesa colectiva, o que não quer dizer que não participe em missões de paz e humanitárias». O ministro anunciou que, durante a presidência finlandesa da UE, no próximo semestre, será nomeado um «comité de peritos» que irá estudar e aprofundar esta problemática, um exercício que contará também com a contribuição da presidência portuguesa da União, que decorre no primeiro semestre do próximo ano.

RIO DE JANEIRO

Cimeira UE/ALC

GUTERRES CHEFIA DELEGAÇÃO PORTUGUESA

O primeiro-ministro, António Guterres, lidera a representação portuguesa na cimeira União Europeia/ALC que, entre 28 e 29 de Junho, reúne 48 países da Europa e da América Latina e Caraíbas, no Rio de Janeiro.

O encontro entre as duas organizações visa impulsionar os acordos vigentes entre as duas regiões, bem como os instrumentos que institucionalizam os diálogos políticos da União Europeia (UE) com o Grupo do Rio e a Comunidade Andina.

Entre os instrumentos, destacam-se os acordos assinados pela UE com o Mercosul (que reúne Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), com o Chile e com o México e o mecanismo de cooperação com a América Central no âmbito do diálogo de São José. Incluem-se ainda os acordos comerciais e de cooperação com as Caraíbas quer no plano dos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) quer no âmbito sub-regional.

Da cimeira deverá resultar uma declaração política que resuma os acordos alcançados e um documento, de carácter operativo, com uma lista de acções conjuntas - relacionadas com os tópicos da agenda - a serem empreendidas entre as duas regiões.

Ações conjuntas

O encontro é co-presidido pelo Brasil - como país sede - e pelo México, na qualidade de país que exerce a secretaria «pro tempore» do Grupo do Rio, enquanto pela UE será a Alemanha, país que detém a presidência semestral dos Quinze.

Visando atingir os objectivos, a cimeira discutirá essencialmente os temas do diálogo político, das relações económico-comerciais e das matérias culturais e educativas, sendo precedida de uma reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros e dos altos funcionários dos 48 países representados.

OIT

Ferro Rodrigues na Suíça

BANIR AS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, anunciou, no dia 15, em Genebra, Suíça, que «Portugal estudou rigorosamente a extensão do fenómeno do trabalho infantil e tomou as medidas adequadas à sua eliminação».

O governante português falava durante trabalhos da 87ª Conferência Internacional do Trabalho, que elegeu a erradicação do trabalho infantil como a grande prioridade e vai adoptar uma recomendação sobre a eliminação das «piores formas» de trabalho das crianças.

Ferro Rodrigues disse que o Governo português estudou profundamente o problema e que «as poucas situações detectadas não têm nada a ver com as chamadas piores formas de trabalho infantil».

«São, em muitos casos, trabalhos efectuados no âmbito das famílias e em explorações agrícolas familiares», disse Ferro Rodrigues, para quem, contudo, «há situações ilegais e que impedem a frequência escolar, que é preciso eliminar».

O titular da pasta do Trabalho e da Solidarie-

dade informou ainda que «está prestes a ser aprovada pelo Parlamento uma lei que reforça as sanções a empregadores que empreguem crianças com menos de 16 anos de idade que não tenham completado os nove anos de escolaridade obrigatória».

Antes da sua intervenção, perante as 174 delegações dos Estados-membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Ferro Rodrigues recebeu os seus homólogos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e do Brasil, que fizeram ao ministro português o ponto da situação sobre os programas de cooperação em curso nos seus países nas áreas da segurança social, relações laborais, acção social, emprego e formação profissional.

O governante português almoçou com os ministros do trabalho de Espanha e Itália, tendo como tema principal de conversa a União Europeia e a presidência portuguesa. O primeiro dia da participação de Ferro Rodrigues na CIT em Genebra terminou com um jantar de honra que ofereceu às delegações de Portugal, dos PALOP e do Brasil.

JUVENTUDE

Projecto

«FORMAR EM SAÚDE»

O Instituto Português da Juventude (IPJ) e a Fundação Glaxo Wellcome para as Ciências da Saúde assinaram, ontem, em Lisboa, na presença do ministro adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates e do secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, um protocolo no âmbito do projecto «Formar em Saúde».

O referido projecto tem uma missão «maior» em Portugal, realizando, promovendo e patrocinando projectos comunitários que visem a saúde e o bem-estar dos portugueses.

O protocolo assinado ontem prevê a criação de um grupo de trabalho e o estímulo à sensibilização dos jovens para a saúde e a sua informação, divulgação e partilha, bem como à promoção de estilos de vida salutarres na juventude.

As duas instituições signatárias caberá definir anualmente, até ao final de Outubro, um plano de actividades a desenvolver por ambas, assim como acompanhar a execução das acções acordadas e aprovar outras iniciativas não previstas no plano de actividades a desenvolver em parceria.

As acções a implementar no quadro do presente protocolo terão finalidades exclusivamente formativas e pedagógicas, não podendo ter qualquer incidência de promoção e divulgação comercial.

O projecto «Formar em Saúde» estabele-



ce ainda a realização de um mínimo de duas acções de formação por ano, que decorrerão ao longo do ano lectivo, e a realização de um concurso nacional, designado por «Prémio Formar em Saúde» (no valor de 2 500 contos), com o objectivo de valorizar projectos a desenvolver nas associações de estudantes do ensino superior, em prol da saúde das comunidades juvenis.

O projecto vencedor será munido com material didáctico ou outro equipamento no valor de mil contos e com 1 500 contos para aplicação e desenvolvimento do pla-



no de trabalho.

No âmbito nacional, e já para este ano, as acções formativas estão programadas para uma duração de dois dias, enquanto a nível regional, todas as delegações regionais do IPJ promoverão actividades pedagógicas por um período de três a sete horas.

Os temas que passarão todas as iniciativas estão ligadas à prevenção e tratamento de doenças graves como a tuberculose, SIDA e a hepatite.

Os destinatários do «Formar em Saúde» não são somente os técnicos do IPJ, ou os bolseiros do PIJ's (Postos de Informa-

ção Juvenil). Públicos-alvo desta iniciativa conjunta do IPJ e da Fundação são igualmente as associações juvenis e os grupos informais de jovens.

Durante as actividades formativas e pedagógicas será distribuído um conjunto de material de formação do qual faz parte um «kit formador» que inclui um dossier do formador, slides, folheto de patologia e um estojo de transporte.

Para o jovem participante haverá folhetos da patologia em análise. É que, para os sigatários do projecto «Formar em Saúde», «a informação é a melhor protecção». **M.R.**

PODER LOCAL

Modernização

JUNTAS DE FREGUESIA PORTUENSES DOTADAS COM 100 MIL CONTOS

O Executivo socialista atribuiu cerca de cem mil contos (500 mil euros) a 13 juntas de freguesia do distrito do Porto para a melhoria das suas instalações e do seu funcionamento.

O anúncio foi feito, no dia 14, num comunicado enviado à Imprensa pelo Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território.

O documento refere que esta comparticipação surge na sequência de um despacho de do ministro da tutela, João Cravinho, que atribui subsídios semelhantes a 106 freguesias.

O comunicado adianta também que dentro desta política de dignificação do poder local o Governo já apoiou financeiramente 1 005 freguesias, envolvendo uma participação de cinco milhões de contos (25 milhões de euros).

As freguesias do distrito do Porto agora beneficiadas são as de Olo e Rebordelo (Amarante), Rande e Sendim (Felgueiras), Vermoim (Maia), Varzea da Ovelha e Alivi-

ada (Marco de Canaveses), Cedofeita (Porto), Campo (Valongo), Azurara, Bagunte e Rio Mau (Vila do Conde) e Grijo e São Félix da Marinha (Gaia).

Para além do alargamento dos apoios a novas freguesias, também o valor atribuído a cada uma subiu em cerca de 50 por cento, já que, segundo o ministério, as comparticipações, que variavam (de acordo com o número de eleitores) entre os quatro e os seis mil contos (20 mil e 30 mil euros), foram agora fixados entre seis mil e nove mil contos (30 mil e 45 mil euros). Estas verbas servirão, segundo o comunicado, para melhorar as instalações das juntas de freguesia, tendo em vista não só modernizar o seu funcionamento como também dignificar o atendimento dos utentes.

«Do total das 4 037 freguesias do País, resta apoiar financeiramente apenas 127, sendo que 54 não carecem de intervenção e 19 só pretendem realizar obras após 1999», refere o comunicado.

AMBIENTE

Indústria

PUBLICADOS LIMITES PARA DESCARGA DAS ÁGUAS RESIDUAIS

A portaria que estabelece os valores limites de descarga das águas residuais na água ou no solo, dos estabelecimentos industriais, foi publicada na passada terça-feira, dia 15, em «Diário da República». São abrangidos pelo diploma as unidades industriais que procedem à produção de carbonato de sódio pelo processo «solway» ao amoníaco, fibras acrílicas, anilina, fosfato dicálcico, sulfato de alumínio sólido, amoníaco por oxidação parcial, ureia, adubos nitroamoniacaes e adubos compostos.

«As normas específicas de descarga objecto da presente portaria aplicar-se-ão aos licenciamentos ou renovações de licenciamentos das instalações industriais das empresas aderentes ao contrato de adaptação ambiental celebrado em 30 de Julho de 1997 entre os Ministério do Ambiente e da Economia e a Associação Portuguesa das Empresas Químicas», lê-se no «Diário da República».

A portaria teve em conta os processos in-

dustriais englobados no sector químico que dão origem a águas residuais que têm consequências sobre os meios aquáticos, dependendo da capacidade de diluição e autodepuração dos mesmos e da natureza e quantidade das substâncias descarregadas.

Segundo o preâmbulo da portaria, os efeitos dessas águas residuais devem ser «minorados de acordo com os objectivos de qualidade fixados para o meio receptor e atendendo ao grau de desenvolvimento tecnológico dos processos em causa».

Acrescenta que essa «minimização tem de ser, em muitos casos, faseada, obedecendo a contratos de adaptação celebrados entre a Administração e as associações industriais que estabelecem programas de redução nas cargas poluentes».

A portaria que publica em anexo os valores limites das descargas, entrou, também na terça-feira, em vigor.



Abrantes

Parque Radical

Foi inaugurado no passado dia 14 de Junho, Dia da Cidade, o novo Parque Radical de Abrantes, que se situa junto à muralha do Castelo, na zona do Centro Histórico da cidade.



Trata-se de um equipamento de grande importância inserido no âmbito da política para a juventude que a autarquia tem vindo a implementar, sendo já um dos principais pontos de encontro de várias dezenas de jovens que ali se dirigem diariamente. Apesar dos trabalhos de construção deste parque terem terminado há muito pouco tempo, este é já um local obrigatório para os amantes dos desportos radicais na zona de Abrantes.

O município abrantino pretende, ainda, que este espaço seja igualmente um dos principais locais de romaria dos muitos jovens que, por todo o País, se deslocam a estas actividades radicais.

Lisboa

Casamentos de Santo António

A Câmara Municipal de Lisboa promoveu no dia 12, mais uma vez, a realização dos tradicionais «Casamentos de Santo António», pelo terceiro ano consecutivo em cerimónias civil e religiosa.



Cascais

Novo Centro de Dia para Idosos

O município de Cascais, presidido pelo socialista José Luís Judas, vai ceder um

terreno com 1520 metros quadrados, avaliado em mais de 11 mil contos, à Associação para o Desenvolvimento e Melhoramento de Bicesse, para a construção de um Centro de Dia para Idosos nesta localidade da Freguesia de Alcabedede.



Fafe

XIII Torneio de Futebol Juvenil

Realizou-se no passado dia 10 a final do XIII Torneio de Futebol Juvenil Fafe/99, organizado pelo pelouro do Desporto da Câmara Municipal e que se vem a disputar desde o 25 de Abril, com a participação de 17 equipas, representativas de clubes do concelho.



Faro

Festival de encerramento das Farensiadas

Hoje, dia 17, o Estádio de S. Luís, em Faro, vai ser palco de mais um ano lectivo ao longo do qual, por iniciativa da Câmara Municipal de Faro, tiveram o acesso à prática do desporto. Mais de 2500 crianças e jovens vão assinalar o final de mais um ano lectivo ao longo do qual, por iniciativa da Câmara Municipal de Faro, tiveram o acesso à prática do desporto.

Autarquia apoia associações culturais

A Câmara Municipal de Faro vai atribuir uma verba total que excede os 11 mil contos às associações culturais do concelho, atendendo a que é inegável que todas elas cumprem uma relevante função sociocultural.

Ovar

III Feira da Flor

A Câmara de Ovar, em colaboração com a Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral, organizou no dia 13, pelo terceiro ano consecutivo, a Feira da Flor.



Do programa destaque para a vertente cultural que animou a III Feira da Flor e que constou de animação de rua, espectáculos de música ligeira e clássica e espectáculos de dança.

Porto

Festas de São João

O bicentenário do nascimento do escritor Almeida Garrett, alguma música, dança e teatro e muito desporto marcam o programa deste ano das Festas de São João do Porto.



No programa foram integradas algumas iniciativas que já decorrerão, designadamente a Feira do Livro e as exposições «Cores do Porto: 50 anos - 50 quadros», «Poemas, um lugar de liberdade» e «Os espaços de um império».

Ate dia 30, estão colocadas duas marionetas de grandes dimensões na estrutura da Ponte D. Luís I, intituladas «clones», e que constituem uma «acção radical» comemorativa dos 10 anos do Teatro de Marionetas do Porto.

O programa desportivo começou com a abertura do III Torneio Cidade do Porto de Volei de Praia, que terminou no dia 6, tendo-se realizado nos dias 10 e 12 provas de minivoleibol e de voleibol ao ar livre para crianças e adolescentes. Dias 12 e 13, foi a vez da «Clássica» Porto-Lisboa em cicloturismo e no dia seguinte

provas de basquetebol, andebol, escalada, minigolfe e atletismo para os alunos das escolas EB 2/3 do concelho.

O II Campeonato da Europa de Futebol de Cinco para Cegos (dias 20 a 26), XVI Campeonato de Portugal de Boccia (16 a 20) e torneios de damas clássicas (19), ténis-de-mesa (19), minigolfe (19 e 20), futsal (22) e ténis (20 de Junho a 04 de Julho) são outras actividades desportivas do «S. João'99».

As tradicionais Regatas e Corrida de S. João serão dia 20, a XVII Regata de Barcos Rabelos dia 24, o Concurso Hípico Internacional do Porto de 25 a 27 e o XVII «Meeting» Internacional de Natação dias 26 e 27 (polo aquático e natação sincronizada a 3 e 4 de Julho).

O programa musical começou com a actuação do pianista Wim Mertens e do seu «Ensemble» e incluiu também o espectáculo «Música de salão nas vésperas das guerras liberais» com os Segréis de Lisboa (dia 22), Carlos Bica e Ana Brandão (19), o «Concerto de S. João» (24), o festival «Ritmos/Festas do Mundo» (25 a 27), um concerto coral (26) e um Encontro de Coros de Musica Popular (27).

Almeida Garrett é o tema inspirador da «Cascata S. Joanina», que está patente junto a estatua do escritor, na Praça Humberto Delgado, de 11 a 30, estando programados também a exposição «Garrett Jornalista» (de 15 de Junho a 15 de Julho) e um «Circuito Garrettiano» (19).

Já se realizou um passeio de comboio ate a Régua para a terceira idade, com piquenique, e dia 25 mais actividades físicas para idosos, inseridas no projecto «No Porto a vida é longa».

Noite de S. João

O concurso de montras será de 19 a 26 e o de cascatas entre os dias 21 e 29, estando previstos para 23 o «Baile de S. João» e para 26 as «Rugos dos Santos Populares».

«Dança no Museu do Carro Eléctrico» (de 17 a 27), «Descobrir o Teatro e a Dança» (18 a 29), o intercâmbio teatral luso-ingles «Yes, Manjerico» (30 de Junho a 02 de Julho) e o lançamento do livro «O meu santo protector - Santo António no Comércio do Porto», de Hélder Pacheco (22), são outros momentos do programa.

O ponto alto será, como habitualmente, a noite de S. João, com animação popular e o fogo-de-artifício na Ponte D. Luís I, às zero horas do dia 24.

Santo Tirso

«Florestas em Movimento»

Numa organização da Câmara Municipal de Santo Tirso, da Universidade de Aveiro e da Direcção-Geral das Florestas, decorreu no passado dia 2, na zona desportiva do concelho da Batalha, a festa de encerramento do ciclo da Primavera-Floresta Suspensa, integrada no projecto «Florestas em Movimento».

PS EM MOVIMENTO

BENFICA

Boletim da Secção

É um dos mais antigos e melhores boletim informativos das Secções do PS. Chama-se A Secção, é dirigido pelo camarada José Leitão e tem um naípe de colaboradores de grande qualidade.

É o boletim da Secção de Benfica e São Domingos de Benfica.

«A Secção» «pretende ser, para além de um boletim informativo onde são relatados os acontecimentos e anunciados os eventos mais importantes no decurso do período a que respeita cada número, um agente divulgador das opiniões dos militantes».

No número 67 desta publicação, referente a Maio, para além de uma completa informação sobre a intensa actividade da Secção, destaque para um artigo do camarada Pedro Adão e Silva sobre as eleições europeias.



BRAGA

Comunicado da Federação

A Federação de Braga do PS, num comunicado, congratulou-se com a «expressiva votação» alcançada no distrito por todas as estruturas concelhias.

Segundo sublinha o PS/Braga, «os cerca de 45 por cento alcançados pelo PS contra os 36 por cento obtidos pelo PSD no distrito de Braga, para além das vitórias nos concelhos de Braga, Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela e das espectaculares subidas nos restantes concelhos, criam as condições de condições de confiança política para as novas batalhas que se avizinhm, com particular destaque para as eleições legislativas».

Notável trabalho dos militantes

No comunicado, a Federação de Braga do PS realça ainda que «a mobilização dos dirigentes das estruturas e dos militantes em geral para os comícios, sessões de esclarecimento, debates, contactos com as instituições e as populações nas fábricas, feiras e festas, só merece da parte da Federação uma profunda vénia».

FELGUEIRAS

PS com votação expressiva

Os socialistas de Felgueiras estão mais uma vez de parabéns pelo trabalho realizado. Nas eleições para o Parlamento Europeu, o concelho de Felgueiras não fugiu à regra nacional, tendo o PS alcançado uma votação expressiva.

Os socialistas conseguiram uma votação ainda mais expressiva – 52,72 por cento – resultado que representa uma grande subida em relação às votações nacionais (43 por cento) e, mesmo, distritais (39,20 por cento).

MADEIRA

PS contra manipulação

O défice democrático na Madeira está a atingir contornos intoleráveis. No último dia de campanha eleitoral Alberto João Jardim voltou a fazer das suas.

Num comunicado, o presidente do PS/Madeira, Mota Torres, denunciou o comportamento do presidente do Governo Regional que, acompanhado do candidato do PSD/Madeira ao PE procedeu no dia 11 a inaugurações «necessariamente inscritas no quadro da campanha eleitoral em curso».

Défice democrático ao rubro

«Uma dessa inaugurações, ainda por cima, corresponde a uma obra financiada pelo Governo da República e pelos fundos da União Europeia, sendo, por isso, um acto de usurpação de prerrogativas e poderes que, ao estilo do presidente do Governo Regional, falam por si», refere o comunicado.



Corrente sindical socialista da CGTP-IN Faleceu o camarada Jerónimo Rodrigues

O PS e o movimento sindical estão de luto. Faleceu no passado dia 4 de Junho, no Hospital Curry Cabral, em Lisboa, vítima de doença prolongada, o camarada Jerónimo Rodrigues, coordenador da corrente sindical socialista da CGTP-IN e membro da Comissão Política do PS, partido de que era militante desde 1974.

Destacado dirigente nacional da CGTP-IN, o camarada Jerónimo Rodrigues era membro do Conselho Nacional desta central desde 1983 e da sua Comissão Executiva desde 1992. Pertencia igualmente ao Secretariado da central da Vítor Cordon e coordenava o Departamento Administrativo e Financeiro.

Jerónimo Rodrigues nasceu a 30 de Maio de 1946, em Lisboa, tendo desenvolvido a sua actividade profissional sempre na mesma empresa, a Transtejo-EP, onde se iniciou nas lutas sindicais. Foi delegado sindical de 1974 a 1978.

Com a sua morte, os trabalhadores portugueses perdem um grande lutador e acima de tudo um amigo. O Partido Socialista perde um dos seus militantes mais generosos e activos, um homem que dedicou toda a sua vida à luta por uma sociedade mais justa, sempre fiel aos valores do socialismo democrático e nunca cedendo à tentação neoliberal e pós-moderna.

Jerónimo Rodrigues, um homem de causas, um exemplo de socialista e sindicalista.



Século XX O Século das Mulheres CONGRESSO 26, 27 Junho Hotel Altis, Sala Petrópolis

Organização
Departamento Nacional das Mulheres Socialistas

Painéis

As mulheres, direitos humanos e cidadania
Democracia paritária
Participação das mulheres
no desenvolvimento económico e social
A mulher e a lusofonia. A cultura da diferença
As mulheres e os «media»

INSCRIÇÕES PARA O CONGRESSO

Departamento Nacional das Mulheres do Partido Socialista
Largo do Rato 2 – 1269-143 Lisboa
Tel.: 3822000 (Ext. 230/270)
Fax: 3822078



OS NÚMEROS NÃO MENTEM

Há longo tempo que vai cerrado o fogo sobre a alegada insignificância das obras públicas nesta legislatura. O exame objectivo dos factos demonstra a falsidade desta alegação. É para esse exame objectivo que solicito a atenção dos leitores da «Visão».

Com efeito, à verdade é que nesta legislatura se investiu significativamente mais que na anterior. Mas bastante mais importante que o simples aumento do investimento é a inserção sistemática da realização dos investimentos públicos no quadro de uma estratégia de longo prazo baseada, por um lado, em reformas estruturais do funcionamento de todas as actividades tuteladas pelo MEPAT, por outro, em ambiciosos objectivos de valorização estratégica do território nacional no plano da Europa e do futuro.

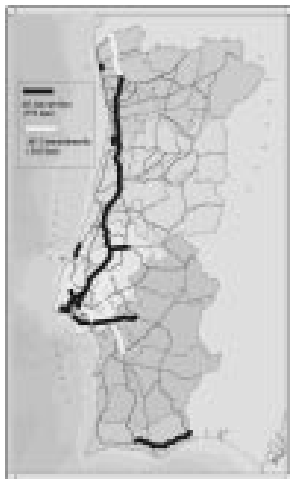
Na comparação das duas legislaturas, o facto mais revelante é que se passou de uma política avulsa de obras públicas, sem prejuízo de algumas delas serem de grande importância, para uma política de planeamento e equipamento do território nas mais diversas frentes segundo uma visão estratégica explicitamente definida.

A importância desta diferença fundamental ganhará força com o tempo. Esta afirmação é fácil de compreender se nos transportarmos no tempo, lá para 2005 ou 2010. Desse horizonte, olhando para trás, a questão-chave é a de se saber se terá valido a pena ter feito a inovação estratégica que se fez nesta legislatura ou se teria sido melhor com o ritmo tendencial mais lento a orientação avulsa da obra pública pela obra pública que resultaria inevitavelmente da continuação da política anterior. Não creio que a resposta venha a oferecer qualquer dúvida.

Coloquei deliberadamente a apreciação última da política das obras públicas na óptica do seu impacto a longo prazo. Não pode ser de outro modo, pela natureza das coisas.

De facto, qualquer observador experimentando sabe que o julgamento justo e ponderado de uma política de planeamento e equipamento do território necessita de um horizonte longo, digamos da ordem dos 10 anos pelo menos. Por duas razões complementares.

Por um lado, a valorização do território apoia-se acentuadamente, embora não exclusivamente, em projectos estruturantes de grande complexidade e dimensão, cuja a preparação e execução leva frequentemente quase 10 anos, a que acresce o facto de se destinarem a prestar serviço — logo, a revelar a sua real utilidade — ao longo de dezenas de anos. Por outro lado, o mérito de cada projecto, grande ou pequeno, não depende só do seu valor intrínseco, como peça avulsa. Em tais casos depende, sobretudo, da mais-valia suplementar que dele resulta considerando o seu funcionamento em rede, conjugadamente com muitas outras realizações. Isto é como parte



Rede Nacional de Auto-estradas: situação em 1995

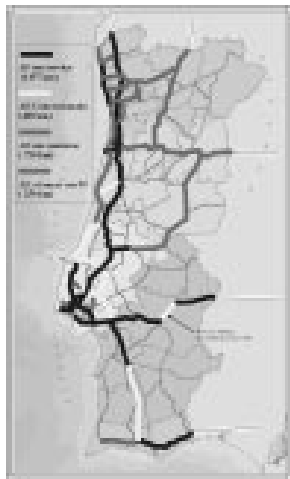
integrante de uma estratégia de médio/longo prazo centrada na valorização do território nacional como um todo.

Considerando estas duas razões complementares, comparando os dois governos é evidente que a questão-chave é a de saber se os investimentos e acções de preparação de projectos empreendidos por este Governo se inserem numa estratégia mais eficaz no longo prazo para a produção de serviços sustentadores da nossa competitividade.

A única possível dificuldade desta comparação é a que resulta do facto de não ser conhecida qualquer estratégia explícita do anterior Governo em matéria de planeamento e equipamento do território, como ficou bem demonstrado pela controvérsia dentro do próprio Governo a propósito da segunda travessia do Tejo. A ausência de estratégia em que incorreu o anterior Governo penaliza-o irremediavelmente. O que leva alguns propagandistas a afirmar que a questão da estratégia é pouco revelante. O importante seria que nesta legislatura se investiu menos que na anterior.

Mesmo descontando a miopia estratégica deste raciocínio, a alegação é falsa porque entre 1996 e 1999 se investirá cerca de 1800 milhões de contos no conjunto das obras públicas contra 1150 milhões de contos investidos entre 1992 e 1995. Isto é, o investimento global em obra pública nos últimos quatro anos é superior em cerca de 55 por cento ao período precedente.

Não só é claríssimo o aumento de investimento no conjunto das obras em rodovias, em caminhos-de-ferro, no metro, em portos e aeroportos, como também é indiscutível o incremento em cada uma dessas categorias, atingindo alguns desses aumentos picos muito expressivos.



Rede Nacional de Auto-estradas: situação em 1999

Assim, relativamente a 1992/95, em 1996/99 a JAE investirá mais 29 por cento, a Brisa mais 24 por cento, a REFER/CP e os metros mais 75 por cento, os portos mais 64 por cento e os aeroportos mais 232 por cento.

Também na habitação e na requalificação urbana todos os indicadores de realização física e de esforços, financeiro da presente legislatura esmagam, literalmente, os indicadores homólogos do período anterior. Vejamos apenas dois exemplos, entre os vários disponíveis.

No triénio 96/98, o investimento em equipamento e renovação de bairros sociais existentes foi de 24 milhões de contos contra 650 mil contos em 93/95. E o número de fogos que entraram em construção foi de 18 350 contra 5 450 em comparação dos mesmos triénios.

A propaganda e a realidade

É curioso que se insista em falar quase somente em estradas, melhor de auto-estradas, emblema praticamente único de uma legislatura que assim procura esconder a sua evidente pobreza noutros domínios. Aqui está um caso em que a manipulação massiva da informação conseguiu acreditar como realidade palpável o que, afinal, não passa de propaganda facilmente desmontável pelos profissionais que conhecem os factos.

Os números são indesmentíveis: em 1996/99 entrarão ao serviço 566 km de auto-estradas enquanto no triénio anterior apenas foram abertos à exploração de 421 km. A mesma conclusão resulta clara se comparamos a totalidade de estradas ao serviço IPs e ICs. Ou seja, 767 Km contra 653 km. Ou se se considerar a conservação e

beneficiação de outras estradas, nas quais se confrontam os 169 milhões de contos de despesa 1996/99 com os 168 realizados 1992/95.

Os números não mentem: o Governo anterior fez muito menos obra mas tem muito melhor propaganda.

Essa mesma capacidade manipulatória é bem patente na forma como pretende baralhar a opinião pública inculcando de todas as formas e feitos duas outras falsidades. A primeira é a de que este Governo o que fez foi apenas acabar a obra que vem do anterior. A segunda é que este Governo não ficará ligado a nenhum grande projecto por si iniciado ou decisivamente lançado.

Pela natureza das coisas em cada legislatura é necessário acabar ou continuar obras do período anterior. Como já se disse, há projectos que entre o início da sua preparação e sua entrada em serviço levam à volta de 7 a 10 anos. Assim, é óbvio que o mérito ou demérito de uma governação depende crucialmente da forma como se acabou ou continuou o que vem atrás.

Desse ponto de vista este Governo deu boa conta do recado. Lembro, por exemplo, a capacidade demonstrada na conclusão atempada dos acessos à Expo em condições tão excepcionalmente difíceis que as escassas semanas da abertura da Expo era quase diário o alarme na Comunicação Social que pressagiava atrasos de meses. O plano foi rigorosamente cumprido graças às empresas construtoras, à Brisa, à JAE e também ao Governo, única entidade a quem seria atribuída toda a responsabilidade em caso de falhanço. Tendo havido o sucesso que houve, legítimo é que também se lhe atribua algum mérito nessa verdadeira proeza. Foram cerca de 240 km de auto-estrada na quase totalidade iniciados e completados neste mandato.

Apesar das dificuldades que a JAE tem vivido, é bem mais significativa a obra da JAE iniciada neste mandato do que aquela que já fora começada pelo Governo anterior. Vejamos os números referentes à despesa efectiva nos principais projectos de estradas entre 1995 e 1998.

Trata-se de um conjunto de cerca de 60 projectos iniciados entre 1993 e 1998, com uma despesa total programada de 454 milhões de contos. Neste conjunto, os projectos com despesa anterior a 1996, isto é, com realização financeira transitada do anterior Governo, apenas representam cerca de 175 milhões de contos. Ou seja, menos de 40 por cento. Cerca de 60 por cento da despesa programada, da ordem dos 280 milhões de contos, corresponde a projectos com primeira inscrição já com este Governo.

Contra estes números de nada valerá também argumentar que a maior parte dos projectos cuja construção se iniciou depois de 1995 foram concursados ou preparados em período anterior. É verdade. Porque é óbvio que estradas, pontes, extensões do metro ou aeroportos passam numerosos anos no

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

papel, frequentemente não menos de quatro anos, por vezes quase o dobro, antes de poderem chegar ao início da construção.

É evidente que esse facto também foi verdadeiro para o Governo anterior. Portanto, uma observação desse teor, só por si, não colhe.

O que é relevante é saber se, para além de concluir e continuar bem a obra anterior, o actual Governo se empenhou eficazmente quer no lançamento de novos empreendimentos de significado não menor do que aqueles que encontrou lançados quer para avançar decisivamente grandes investimentos estruturantes que pela sua complexidade e importância exigem especial cuidado ao longo da sua prolongada preparação.

A este propósito, realço o trabalho intenso desenvolvido pelos diversos serviços e empresas sob tutela do MEPAT no sentido de acautelar desde já a manutenção de um nível excepcionalmente elevado de investimento em obra pública até 2006, ou mesmo para lá dessa data.

Sete pontes Vasco da Gama

É com justificada confiança que se pode encarar o futuro da construção na primeira metade da próxima década. No corrente ano, o mercado de obras públicas encontra-se sob a solicitação de concursos públicos que ultrapassaram os 1 250 milhões

de contos, o equivalente a sete pontes Vasco da Gama. Isto é muito mais do que o legado do Governo anterior. Se esse legado merece tantos encómios e venerações de certos plumitivos, mal se compreende a memorização do actual programa em lançamento, efectivamente bem maior, mesmo não contando sequer com o novo aeroporto que espero ver em construção na próxima legislatura.

Procura-se credibilizar essa atitude mediante a alegação de que esses investimentos actualmente já em concurso público internacional não são mais do que obras no papel, ainda por cima já com inadmissíveis atrasos na negociação dos referidos concursos públicos internacionais.

Estas alegações demonstram desconhecimento de realidades elementares que inevitavelmente presidem ao lançamento de grandes projectos.

Por exemplo, a Ponte Vasco da Gama viveu em sucessivos estádios de obra no papel entre Janeiro de 1991 e início de 1995. E julgo que dificilmente poderia ter sido de outro modo. Portanto, sem margem para reparos desse ponto de vista.

No anterior Governo, um gabinete especial, o GATTEL, levou mais de quatro anos a fazer entrar em realização uma única concessão rodoviária com o investimento da ordem dos 170 milhões de contos, após a negociação do respectivo concurso público internacional. Este resultado foi conside-

rado excelente.

Neste Governo, sem qualquer gabinete especial de apoio, foram preparados e lançados a partir do início de 1997 oito concursos públicos internacionais para concessões rodoviárias no valor actual estimado, por baixo, em 700 milhões de contos. Destes concursos, o da Concessão Oeste ficou resolvido em fins de 1998, o da Concessão Norte (250 milhões de contos) ficará resolvido em Julho e os restantes seis estarão certamente fechados ainda este ano.

Isto é, teremos oito concursos equivalentes a várias Pontes Vasco da Gama em três anos. Estes resultados são sem dúvida muito positivos, considerando até a grande inovação que essas concessões representando, mesmo à escala europeia. Todavia, os mesmos que têm por excelente os mais de quatro anos conseguidos no papel pela Ponte Vasco da Gama chumbam desdenhosamente a negociação em três anos de oito concursos representados investimentos várias vezes superiores.

Nesta breve nota termino realçando não os quilómetros construídos ou os milhões investidos, mas sim a mais-valia para o investimento público resultando de termos hoje em concurso profundas reformas estruturais em todos os serviços tutelados pelo MEPAT.

A reunião num só Ministério do Planeamento, do Ordenamento e do Equipamento per-

mitiu combinar.

- Uma visão estratégica de longo prazo, perspectivando a valorização do território na base de redes intermodais;
- um conjunto de reformas estruturantes do funcionamento e organização de cada um dos sectores marítimo-portuários, ferroviário, aeronáutico e rodoviário;
- uma nova política de habitação dirigida à reinserção de pessoas e não exclusiva à produção de cimento armado;
- uma decisiva antecipação da liberalização das telecomunicações do ano 2003 para 2000.

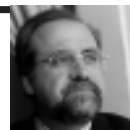
Conclusão: este Governo não só fez mais, como, sobretudo, fez diferente, passando do culto da obra pública avulsa para a exigência qualitativa e funcional de projectos funcionando em rede de acordo com finalidades estratégicas explicitamente definidas. E, apesar de tudo, tenho bem consciência que há erros a corrigir, actividades a reorientar, energia realizadora a reforçar, deixo muitas inaugurações à vista, na certeza de que esses caminhos já abertos darão a outros grandes alegrias, tempo e disponibilidade para corrigir o que deixo errado, reorientar o que deixo desviado e reforçar o que mais for preciso para que Portugal possa vencer o século XXI.

*Ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território
«Visão»

AGRICULTURA

Capoulas dos Santos

CONSOLIDAR A BASE PRODUTIVA E DIVERSIFICAR AS ACTIVIDADES EM ESPAÇO RURAL



A Feira Nacional de Agricultura é sempre um momento especial do ano agrícola nacional. Em mais uma edição, as minhas primeiras palavras são naturalmente de saudação para todos os agricultores e dirigentes associativos aqui presentes. Quero saudar, em particular, a administração do CNEMA pelo seu décimo aniversário, 10 anos de intensa actividade na organização desta exposição e feira nacional.

Nesta oportunidade, espera-se normalmente do Ministro da Agricultura que faça o balanço do ano que passou e trace as perspectivas do ano que se avizinha.

Permitam-me, no entanto, que, desta vez, alargue um pouco mais o meu horizonte temporal fazendo, por um lado, um balanço breve do mandato que termina em Setembro e, por outro lado, o enunciado das perspectivas que podemos antecipar para o período que se avizinha no horizonte 2000-2006.

O programa do actual Governo, como sabem, fixou para a agricultura e o desenvolvimento rural três grandes objectivos:

- 1) o aproveitamento dos recursos e potencialidades naturais;
- 2) o reforço da competitividade das explorações;



3) o estímulo ao desenvolvimento rural; Apesar do quadro de dificuldades em que se desenvolveu a actividade dos agricultores e a que o governo procurou solidariamente responder neste período (sete calamidades naturais sucessivas, problemas conjunturais no mercado europeu de suínos e o injusto e desproporcionado embargo decretado pela UE aos bovinos portugueses), estamos globalmente satisfeitos com

o cumprimento destes objectivos. No primeiro elegemos a água e a floresta como prioridades fundamentais:

A área anualmente beneficiada com regadios públicos quase que duplicou nos últimos 3 anos em comparação com a média do decénio anterior. Da média de cerca de 1400 ha/ano até 1995, passou-se para os 2500 ha/ano de 1995 a 1998 tendo-se, para além do desbloqueamento do mítico projecto de

Alqueva, avançado com novas barragens e blocos de rega em todo o território nacional desde Macedo de Cavaleiros a Odeleite e Beliche, no Algarve, passando pela Cova da Beira, o Baixo Mondego e a Lezíria do Tejo. Foram além disso elaborados dezenas de projectos para candidatura ao QCA III e elaborado o Plano de Regadios até 2007 que prevê a criação de 6000

ha, 26 000 dos quais no âmbito do projecto de Alqueva ou seja, por ano, mais do triplo da área média anualmente beneficiada no mandato deste governo.

Quanto à floresta, para além da publicação da Lei de Bases da Política florestal e da aprovação da maior parte dos seus diplomas regulamentadores, concedeu-se apoio à florestação de cerca de 39 000 ha por ano, no último triénio (mais 10 000 ha do que a média anual durante o mandato do anterior governo) dos quais cerca de 5 000 ha de montado de azinho e sobre, que viu igualmente publicada em 1997 a sua há muito reclamada Lei de protecção.

Foi ainda elaborada, com ampla participação dos interessados, e recentemente aprovada na generalidade na AR, uma nova Lei de Bases da Caça respeitadora dos diver-

Continua na página seguinte

Continuação

os interesses e passível de ser utilizada no futuro como importante instrumento de Desenvolvimento Rural.

No que diz respeito ao segundo objectivo, reforço da competitividade das explorações, referiréi apenas a redução das taxas de juro em cerca de 50 por cento em resultado da política macroeconómica do Governo, o abaixamento consecutivo, por seis vezes, do preço do gásóleo agrícola, colocando-o pela primeira vez abaixo do preço praticado em Espanha, e da duplicação do subsídio, de 20 por cento para 40 por cento da electricidade verde e do alargamento do leque de beneficiários. De referir ainda a linha de desendividamento que abrangeu todas as dívidas contraídas para investimento desde a adesão de Portugal à UE e até 1997 e da instituição do seguro agrícola que, de três mil aderentes em 1995, abrange hoje cerca de 150 mil agricultores.

Para atingir o terceiro objectivo, estímulo ao desenvolvimento rural, alargou-se o âmbito, territorial das medidas agro-ambientais cuja dotação passou de cerca de 200 000 contos em 1994 para cerca de 30 milhões em 1999, desbocou-se o Programa LEADER, mais do que duplicando as entidades locais credenciadas, de 20 para 46, com sextuplicação dos meios financeiros alocados (de 4,5 para 25 milhões de contos) comparativamente com o período anterior.

A destacar ainda a o êxito obtido com a certificação da denominação de origem que permitiu nos últimos 3,5 anos abranger cerca de 80 produtos de todas as regiões do Continente e das Regiões Autónomas.

Importa, finalmente, referir um outro objectivo, não menos importante que os anteriores, que se reporta à nossa política europeia em matéria de reforma da PAC. Tal como tínhamos prometido no programa do Governo, elaborámos e publicámos, em documento próprio, a nossa estratégia negociadora face à Agenda 2000. Comparem-se os nossos propósitos e objectivos com os resultados obtidos e avalie-se o nosso desempenho na política europeia deste Ministério.

Feito este balanço, necessariamente breve, do mandato que termina em Setembro próximo, não posso deixar de manifestar a minha satisfação pelo cumprimento praticamente integral das medidas então propostas.

Permitam-me, agora, que me refira ao momento presente, às questões de actualidade, antes de vos traçar as nossas perspectivas de futuro.

A actualidade está claramente marcada pelo rescaldo da reforma da PAC e pelas questões, cada vez mais sensíveis e delicadas, da qualidade alimentar.

Quanto à reforma da PAC, na sequência da cimeira de Berlim, permitam-me o seguinte ponto de situação:

A posição relativa de Portugal face ao FEOGA-Garantia irá melhorar: quer porque a nossa quota como beneficiários da «despesa agrícola» paga pelo Garantia deverá passar de cerca de 1,5 por cento para 1,8 por cento do total da UE 15, quer porque a Comissão e o Conselho Europeus se comprometeram a privilegiar Portugal na atribuição das verbas do «desenvolvimento rural» a financiar por este Fundo.

O reforço da nossa posição como beneficiários da «despesa agrícola» deve-se a três razões principais: primeiro, ao aumen-

to do peso das ajudas directas relativamente ao das despesas de suporte de mercado (intervenção e restituições), conjugado com o facto de termos uma melhor quota na primeira dessas componentes, segundo, aos bons resultados globais obtidos por Portugal nas OCMs do vinho e da carne de bovino; e, terceiro aos ganhos pontuais que alcançámos mercê da duplicação da quota de trigo duro (59 mil para 118 mil hectares) e da recuperação da quota de tomate perdida em 1997.

Em função destes resultados, estima-se que o apoio do FEOGA-Garantia à Agricultura Portuguesa, apenas na componente referente às OCM, atingirá 143 milhões de contos em média anual no período 2000/6, quando actualmente representa cerca de 114 milhões de contos, incluindo o valor da ajuda co-financiada aos cereais portugueses que está em trajectória decrescente e que terminará em 2003. Isto significa que em termos reais (preços de 1999) os apoios por via das OCM aumentarão cerca de 17 por cento até 2006 em Portugal, quando em igual período reduzir-se-ão em cerca de 2,2 por cento no conjunto de UE 15.

A posição absoluta e relativa de Portugal deverá melhorar ainda mais intensamente na componente do FEOGA-Garantia destinada a apoiar o desenvolvimento rural. Neste momento, é impossível estimar a grandeza desse aumento, uma vez que a Comissão só decidirá sobre este assunto no último trimestre de 1999, após ter recebido e apreciado os Planos de Desenvolvimento Rural apresentados pelos vários Estados Membros.

O modo como a negociação decorreu, bem como o teor das declarações referentes a Portugal constantes das conclusões do Conselho Agrícola de Março e da Cimeira Europeia de Berlim, que se passaremos a citar, permitem antever um resultado favorável:

«A Comissão declara que, ao aplicar as regras relativas ao desenvolvimento rural, terá em consideração as condições sócio-económicas da economia rural em Portugal». Conclusões do Conselho Agrícola de 11/12 de Março de 1999

«O Conselho Europeu, considerando a especificidade da agricultura portuguesa reconhece a necessidade de melhorar o equilíbrio do apoio à sua agricultura através de medidas de desenvolvimento rural financiadas pelo FEOGA-Garantia.»

Conclusões do Conselho Europeu de Berlim, 24/25 Março de 1999

Em síntese, as negociações da Agenda 2000 permitiram dar um importante passo no sentido de reequilibrar a posição relativa de Portugal face ao FEOGA-Garantia, contribuindo assim quer para os bons resultados financeiros globais alcançados pelo nosso país, quer para reforçar o apoio comunitário à agricultura portuguesa nos próximos sete anos, quer para ficarmos à partida melhor colocados em futuras negociações.

Quanto às questões candentes da qualidade alimentar e seja qual for o balanço que possamos fazer nesta altura, é fundamental que fixemos desde já, como objectivo prioritário do próximo período de programação, a qualidade alimentar como preocupação essencial de todos os agentes desta actividade económica. De facto, a saúde pública e a protecção do consumidor mas também o bem-estar animal e a protecção

das plantas são preocupações incontornáveis para os próximos sete anos. Do lado do MADRP recordamos as principais medidas nesta área:

- A criação da DGV e da DGFCQA;

- A extensão da inspecção sanitária às lotas, há 42 anos adiada;

- A criação do corpo nacional de inspectores sanitários, cujo Estatuto se encontra em fase de conclusão;

- O encerramento de 51 matadouros que, nos prazos estipulados, não procederam à sua harmonização com as exigências legalmente estabelecidas;

- A elaboração e execução do Plano Nacional de Sanidade Animal (1997/2007) com metas fixadas para erradicação das principais doenças dos animais;

- O investimento no apetrechamento humano e material das unidades laboratoriais mais importantes.

Nesta área, todavia, é preciso fazer mais e melhor tal como, de resto, fica demonstrado pelas recente crise declarada na Bélgica que nos obriga uma vez mais a adoptar medidas radicais para proteger os consumidores e a produção nacional. Compreende-se agora melhor como a liberdade de circulação de plantas e animais se pode converter num factor de risco elevado, sendo que nesta matéria não poderá haver contemplanções face a práticas produtivas e comerciais lesivas do interesse dos consumidores e da economia nacional.

Reafirmo a intenção do Governo em firmar um verdadeiro acordo de regime em matéria de qualidade alimentar envolvendo, naturalmente, todos os intervenientes na cadeia alimentar.

Quanto às perspectivas para o futuro, no horizonte 2000-2006, existem razões objectivas para estarmos moderadamente optimistas. Talvez a palavra mais apropriada para exprimir o novo período de programação seja «qualidade»: qualidade agro-alimentar, qualidade agro-ambiental, qualidade agro-rural mas também qualidade agro-administrativa, ou seja, a qualidade como prática transversal de toda a actividade agrícola e alimentar. Quatro grandes objectivos nortearão a actividade governativa:

- 1) Consolidar a base produtiva;
- 2) Promover a sucessão entre gerações;
- 3) Preservar o ambiente e os recursos naturais;
- 4) Promover a diversificação de actividades em espaço rural.

Para cumprir estes quatro objectivos dispo-mos dos seguintes grandes instrumentos de política:

1-Os prémios e ajudas da política de mercados, designadamente as que decorrem da reforma da PAC e das que destaco:

O aumento de área de regadio em 60 000 ha;

- As novas áreas de plantação de vinha estimadas em cerca de 25 000 ha e da reestruturação de 4 500 ha por ano para o que disporíamos de 6,1 milhões de contos por ano co-financiados a 75 por cento pelo FEOGA-Garantia;

- A redistribuição das 200 mil toneladas de leite inactivas;

- O aumento do número de direitos de bovinos machos e de vacas aleitantes e dos respectivos prémios que passaram de:

- 29 para 40 contos no caso dos bovinos machos

- de 27 para 42 contos para as vacas

aleitantes

- e de 7 para 20 contos para a pecuária extensiva

1-As ajudas a conceder no âmbito do QCA III previstas no regulamento sobre desenvolvimento rural cuja primeira versão já foi apresentada às organizações de agricultores;

2-O plano de desenvolvimento rural contendo as medidas a financiar pelo FEOGA-Garantia, isto é as medidas agro-ambientais, a arborização de terras agrícolas, a Reforma Antecipada e os apoios às zonas com contingências ambientais específicas.

4-Os novos programas de iniciativa comunitária, em especial, o novo programa LEADER.

Os instrumentos por cuja concepção somos especialmente responsáveis, QCA III e Plano de Desenvolvimento Rural encontram-se, em fase de elaboração adiada o primeiro e em início de elaboração o segundo.

É nossa intenção, dando sequência ao processo já iniciado na primeira fase de preparação do QCA III, discutir com as organizações representativas dos agricultores a respectiva configuração, elegibilidades e destinatários por forma a que, até ao final de Julho, possamos proceder à sua entrega formal em Bruxelas.

Pretendemos articular complementarmente estes instrumentos por forma a envolver um leque mais abrangente de beneficiários mantendo as medidas e acções que se revelaram mais positivas no anterior quadro como os apoios ao regadio e à floresta e inovando para suprir as insuficiências e lacunas que criticámos no passado.

É por isso que temos programas nacionais e regionais, apoios diferenciados, de acordo com as prioridades sectoriais e o potencial produtivo de cada região e à pequena agricultura familiar, incentivos mais amplos para a reforma antecipada e a instalação de jovens agricultores e novos mecanismos de engenharia financeira susceptíveis de superar as insuficiências das empresas que mereçam ser apoiadas mas que se lhes torne difícil prestar garantias reais pelos empréstimos concedidos.

As novas regras de gestão dos fundos, mais rigorosas do que no passado, impõem a adopção de um modelo de gestão mais eficaz que garanta a descentralização dos programas operacionais, a simplificação de procedimentos técnicos e administrativos e o parceria como instrumento de acompanhamento de todo o processo de programação. Por isso, quero igualmente reafirmar o empenho do MADRP no reforço e consolidação das organizações de agricultores, como condição imprescindível para dar concretização ao parceria. Se refiro a consolidação do movimento associativo, refiro, também, a transferência de novas funções e, por maioria de razão, a representatividade das organizações enquanto condição para receber aquelas novas funções, se quiserem, e mais uma vez, o critério da qualidade a determinar quem são os interlocutores autorizados do MADRP na gestão da política agrícola e de desenvolvimento rural.

Desejo aos organizadores a confirmação de mais um sucesso nesta edição da Feira Nacional de Agricultura e a todos os presentes bons momentos de lazer e convívio.

Intervenção efectuada no dia 5 de Junho, na Feira Nacional da Agricultura, em Santarém.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Exposição em Albufeira

Hoje, às 21 e 30, é inaugurada, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros, a exposição fotográfica de José Bulha, uma mostra intitulada «Um pouco mais de azul...» e que permanecerá patente ao público até ao fim do mês.

Festas em Arronches

As festas de São João realizam-se a partir do dia 23, prolongando-se até ao dia 28 deste mês.

Tratando-se de uma festa popular terá como notas dominantes as ruas ornamentadas, a tradicional sardinhada e bailes populares.

No dia de São João (24 de Junho), comemora-se o feriado municipal e vai ser inaugurada a feira do livro, na Praça da República.

Um baile, a tradicional sardinhada e fogo-de-artifício completam o programa do dia 24. Nos dias seguintes realizam-se, entre outras iniciativas, uma corrida de toiros, dia 25, às 21 horas, bailes populares e actividades desportivas.

Gigantones e cabeçudos em Braga

Meia centena de grupos de Portugal, Espanha, França e Bélgica participam, a partir de amanhã e até domingo, em Braga no X Encontro Internacional de Gigantones e Cabeçudos.

O programa do encontro começa com a inauguração de uma exposição de trabalhos de expressão plástica a três dimensões sobre esta arte popular, realizados por alunos do 2º e 3º ciclos do ensino básico de Braga. O dia 19 abre com um debate sobre as tradições populares ligadas à dança, música, gigantones e cabeçudos, em que aparecerá entre os oradores o musicólogo José Alberto Sardinha.

O debate, uma das inovações do programa, é uma tentativa de realçar a importância da cultura tradicional e popular. O próprio Encontro Internacional de Gigantones e Cabeçudos tem como objectivo primordial dar um contributo para a preservação e divulgação desta arte popular.

Pintura em Cascais

A Galeria do Centro Cultural Gandarilha alberga, até ao dia 27, uma mostra do pintor moçambicano Ruy Calçada Bastos.

A exposição de pintura pode ser visitada, de terça-feira a domingo, das 15 às 20 horas.

Idade Média em Coimbra

O Largo da Sé Velha transforma-se no dia 19 num centro medieval de comércio, com ofícios e figuras a rigor e onde se dá corpo ao nascimento do teatro falado pelo som dos instrumentos.

A azáfama começa na véspera, quando, no

Largo habitualmente repleto de automóveis começam a ser montadas as tendas para a 8ª edição da Feira Medieval que nasce com a luz do dia.

A edição deste ano é dedicada ao aparecimento do teatro na época medieval, e conta com a participação de seis grupos culturais e de outros tantos artesãos de artes e ofícios tradicionais, para além do grupo de saltimbancos Ditiambos.

A escadaria da Sé Velha serve de principal palco as encenações medievais, entre as quais «O Romance da Donzela Teodora». Ao final da tarde, realiza-se na Santa Casa da Misericórdia uma conferência intitulada «O Som Criador do Teatro Medieval».

A Feira inclui também uma missa com cantos gregorianos, na Sé Velha, à semelhança dos tempos em que os comerciantes começavam o dia na missa e só depois faziam negócio.

Conto em Fafe

Amanhã prossegue a temporada de concertos da série «Música em Diálogo», com o maestro José Atalaya.

A partir das 21 e 45 actua no Estúdio Fénix, a pianista russa Tatiana Pavlova, que executará obras de Chopin. No mesmo local, no sábado e domingo, respectivamente, dias 19 e 20, nas sessões das 15 e 30 e das 21 e 30, o filme «As Palavras que Nunca te Direi».

Na terça-feira, os mais pequeninos poderão apreciar, no âmbito do programa de animação da Biblioteca Municipal Calouste Gulbenkian, o conto «A Festa na Capoeira» (de Soledade Martinho da Costa), às 10 e 30 e pelas 15 horas.

«Ser Criança» em Felgueiras

No Pólo de Idades da Biblioteca Municipal exhibe-se, hoje, às 15 horas, a película «Mickey e Companhia».

Durante todo o mês estará aberta ao público, na Biblioteca Municipal, a exposição «Ser Criança», com destaque para a autora Matilde Rosa Araújo e os seus «Direitos da Criança».

Rock em Lisboa

A Praça Sony, no Parque das Nações, será palco, no Sábado, dia 19, de um espectáculo dos Lulu Bind, Cool Hipnose e Mão Morta, um evento centrado no rock português.

As Festas Populares da metrópole alfacinha reservam para o fim-de-semana, um conjunto de iniciativas a não perder, de entre as quais merecem destaque as Festas Cigana (todo o dia) e do Touro (a partir das 15 horas), dia 19, na Praça do Comércio. O Ballet Flamenco Sara Baras actua no dia seguinte, no mesmo local, pelas 22 horas.

Fórum em Matosinhos

Portugal vai acolher, de 21 a 25 de Junho, em Matosinhos, o Fórum da rede IQNet (The

International Certification Network), entidade que agrega 28 organismos de certificação. No dia 22 está prevista a realização de um Fórum IQNet, durante o qual serão apresentados diversos temas relacionados com sistemas da qualidade e de gestão ambiental, ao mesmo tempo que será lançado o IBEC (IQNet Business Excellence Class), um instrumento de avaliação vocacionado para a gestão da qualidade e para os conceitos da Qualidade Total.

Festival em Portalegre

O I Festival de Guitarra Portuguesa de Portalegre decorre até amanhã, na Escola Superior de Educação.

O festival integra, entre outras iniciativas, uma exposição, um filme de Pedro Sena Nunes sobre Carlos Paredes, uma conferência de Armando Carvalho Homem sobre a guitarra de Coimbra, um workshop que possibilitará um primeiro contacto com a guitarra portuguesa, e a realização de concertos.

Fotografias no Porto

Mais de oito dezenas de fotografias do russo Alexandr Rodchenko, sob o título genérico «A nova Moscovo», estarão patentes, a partir de hoje, no Centro Português de Fotografia (CPF).

A série de 81 fotos revela um retrato de Moscovo (a capital da então ainda jovem União Soviética) que já não existe e demonstra o método e a visão fotográfica modernista de Alexandr Rodchenko, que conduziria mais tarde à sua expulsão do grupo de Outubro de 1932.

A mostra, que se prolonga até 15 de Agosto, é acompanhada pela passagem de um filme em vídeo intitulado «Moscovo», realizado em 1927 por Mikhail Kaufman, e por um catálogo em versão portuguesa, da autoria de Margarita Turpitsyn, historiadora de arte norte-americana de origem russa.

Ainda hoje é inaugurada uma exposição de Luís Palma, intitulada «Paisagem, Indústria e Memória», desenvolvida em colaboração do CPF e do Museu San Telmo, de San Sebastián (Espanha).

Concerto
REM
Primeira parte:
Suede
17 de Junho
Pavilhão Atlântico
Parque das Nações
Lisboa

SUGESTÃO

Serralves: dança e música

A Fundação de Serralves inicia hoje um programa de dança e música paralelo à exposição inaugural do Museu de Arte Contemporânea, «Circa 1968».

O programa, que se prolonga até 29 de Agosto, reúne criadores convidados a apresentar uma pluralidade de estilos e de novas linguagens que marcaram as décadas de 60 e 70, «em recusa das convenções estéticas e técnicas existentes até então nas artes performativas».

A primeira iniciativa é um concerto pelo grupo Charlemagne Palestine, que vai apresentar o trabalho para vídeo e microfone «Body Music», que inclui peças para sintetizador e voz e para piano solo. No dia seguinte, o mesmo grupo, acompanhado por Simone Forti, apresenta a peça para som e movimento «Illuminations».

Durante o fim-de-semana, Simone Forti interpreta as Dance Constructions «Slant Board» e «Huddle» e Emmanuelle Huynh-Thanh-Loan apresenta a instalação de improvisações «Art in Mind Muscle».

Nos dias 24 e 25, será a vez de outro projecto de improvisação, da autoria de Nuno Bizarro, Marco Franco, Vera Mantero, Manuel Mota, Frans Poelstra e Nuno Rebelo.

Os concertos regressam em 1 de Julho, com a actuação da Oficina Musical, sob a direcção de Álvaro Salazar.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

As pessoas sensíveis

*As pessoas sensíveis não são capazes
De matar galinhas
Porém são capazes
de comer galinhas*

*O dinheiro cheira a pobre e cheira
À roupa do seu corpo
Aquele roupa
Que depois da chuva secou sobre o corpo
Porque não tinham outra
Porque cheira a pobre e cheira
A roupa
Que depois do suor não foi lavada
Porque não tinham outra*

*«Ganharás o pão com o suor do teu rosto»
assim nos foi imposto
E não:
«Com o suor dos outros ganharás o pão»*

*Ó vendilhões do templo
Ó construtores
Das grandes estátuas balofoas e pesadas
Ó cheiros de devoção e de proveito*

*Perdoai-lhes Senhor
Porque eles sabem o que fazem*

Sophia de Mello Breyner Andresen



A BANCA E A EUROPA

A reorganização do sector bancário português, ibérico, europeu e mundial está na ordem do dia. A integração económica europeia, a criação do Sistema Europeu de Bancos Centrais, a globalização económica mundial, os progressos das tecnologias da informação, a aceleração do crescimento económico em Portugal e, em geral, nos mercados desenvolvidos são factores que contribuem para a agudização da concorrência e pressionam a reestruturação do sector. Por outro lado, a crise das economias do sueste asiático e as dificuldades do próprio Japão introduzem um factor de aceleração na própria transformação do tecido empresarial de muitos países, contribuindo para um maior número de fusões e aquisições, globalmente para uma maior concentração económica, nas áreas industrial e bancária. Que significado tem a esta luz, o recente acordo Champalimaud - Banco Santander Central Hispano? A situação criada pelo acordo efectuado entre o Grupo Champalimaud e o BSCH vem acelerar esse processo de reorganização. Quer através de alianças entre bancos e grupos financeiros portugueses, quer envolven-

do alianças externas, nomeadamente com grupos financeiros de outros países europeus, a situação tenderá a evoluir, num sentido de acelerar a concentração já existente em Portugal. Só dessa forma, que engloba a participação do grupo político CGD, se estará em condições de ter um sector bancário em Portugal interveniente e não mero dependente de centros de decisão situados além-fronteiras. Embora obviamente, sendo irreversível o processo de internacionalização, qualquer atitude chauvinista ou ultranacionalista será certamente contraproducente. O que não significa que se prescindia de defender, dentro da legalidade existente, os interesses nacionais.

Entretanto, as eleições para o Parlamento Europeu vieram, no conjunto dos países da União, alterar a relação de forças existente, estabelecendo um novo quadro político, no qual os socialistas perdem força, embora a esquerda europeia no seu conjunto (socialistas+comunistas+verdes), mantenha um peso importante no PE. Em qualquer caso, o aumento de peso dos socialistas portugueses é relevante e evidencia o bem-fundado de uma orientação política simultanea-

mente solidária e desenvolvimentista, financeiramente equilibrada. Temos de estar atentos às situações conflituais que possam emergir de uma tensão possível entre um Conselho de Ministros dominado por governos nacionais hegemónizados maioritariamente pelos socialistas e um Parlamento onde a direita popular (englobando a democracia cristã), nomeadamente se apoiada nos neo-fascistas e nos ultradireitistas anti-europeus, terá um peso próximo da maioria. Poderá o peso do Grupo Liberal (heterogéneo na sua composição) vir a fazer pender o fiel da balança para um qualquer dos lados, consoante as conjunturas e as circunstâncias políticas. Embora não nos possamos esquecer que o projecto europeu tem sempre avançado decisivamente com base em compromissos envolvendo as duas maiores famílias políticas europeias: os socialistas e o centro-direita (populares, conservadores e democristãos, hoje reunidos no PPE). Em qualquer caso, temos de festejar nacionalmente uma vitória eleitoral que, não sendo tão alargada como gostaríamos, em qualquer caso, foi uma vitória clara e que constitui um bom prenúncio para as eleições legislativas.

«(Na Europa nesta década) o poder económico, o ultraliberalismo e o mercado sobrepuseram-se sistematicamente ao poder político, à democracia e ao alargamento da capacidade de decisão dos cidadãos»

Alfredo Barroso
Expresso, 11 de Junho

«Nesta década bem pouco prodigiosa que penosamente se aproxima do seu termo, nem a direita ultraliberal que já esteve no poder nem a esquerda pós-moderna que lhe sucedeu - e hoje quase a imita - conseguiram ou desejaram que a União Europeia se afirmasse como uma entidade política e cultural autónoma, mais coesa no plano social e mais forte no plano internacional»

Idem, ibidem

«António Campos, político desde a juventude, que deu nas vistas como parlamentar e governante, celebrou-se ao levantar a questão das "vacas loucas". Irritou Cavaco Silva, mas o rodar dos dias iria dar razão ao técnico agrícola. Antes, enfrontou, no terreno, a CAP de Casqueiro. Um homem sem medo de dizer coisas desagradáveis»

Martinho de Castro
«Assim - Jornal de Crítica», Maio

«Os grandes capitalistas portugueses não deram um só contributo relevante para a democracia. Viveram deliciados sob o controlo de Salazar, pois tal significava também que eram protegidos»
António Barreto
Público, 13 de Junho



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N° 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4°, Massamá, 2745 Queluz